

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**JAMILLE FREIRE LUZ BENEVIDES**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL:  
UMA ANÁLISE ACERCA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO  
CONJUNTO CFESS/CRESS NA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL**

**SÃO BORJA  
2016**

**JAMILLE FREIRE LUZ BENEVIDES**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL:  
UMA ANÁLISE ACERCA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO  
CONJUNTO CFESS/CRESS NA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Loiva Mara de Oliveira Machado

**São Borja**

**2016**

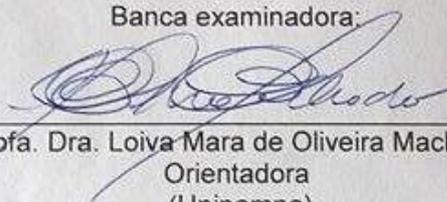
JAMILLE FREIRE LUZ BENEVIDES

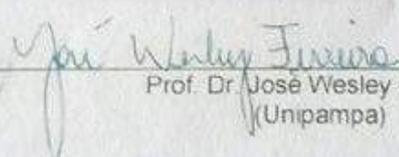
**EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL:  
UMA ANÁLISE ACERCA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO  
CONJUNTO CFESS/CRESS NA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL NO ANO DE 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14, Dezembro e 2016.

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado  
Orientadora  
(Unipampa)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Wesley Ferreira  
(Unipampa)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme  
(Unipampa)

Dedico este trabalho à toda a minha família, principalmente aos meus pais que mesmo distantes geograficamente se fizeram presentes em todo o processo da minha graduação.

## AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas a agradecer que nem sei por onde começar.... Mas antes de tudo agradeço primeiramente a Deus, pois sem as bênçãos divinas dele, jamais chegaria onde estou, ainda mais em fase de conclusão do meu curso de graduação, diante de tantos altos e baixos que já passei.

Também quero agradecer a minha família, que não mediram esforços em me dá subsídios para a minha estadia e o meu sustento. Mesmo perante a saudade e a distancia, meus pais sempre me motivaram em continuar, sendo firme e forte nas minhas decisões e que eu não temesse nada neste mundo, que como minha mãe sempre disse “os filhos nasceram para o mundo” e hoje eu sei bem o significado disso. Obrigada às minhas tias que mesmo estando distantes geograficamente, me ajudaram financeiramente e emocionalmente, algumas delas eram companheiras de saída, de praia enquanto eu estava de férias pelas bandas do Ceará. Família...Amo Vocês!!!

Gostaria de agradecer aos grandes amigos e famílias que acabei criando aqui no Sul, alguns não tenho mais contato, mas que me auxiliaram muito no processo de graduação e que fizeram parte da minha trajetória de aventura pelo RS. Uma delas é a Cida, minha ex sogra mas que cativo um grande carinho, foi uma grande amiga enquanto estava junto do Gui, sempre me deu força, conselhos e nunca me deixou desmoronar. Obrigada Cida por ser e ter sido a pessoa maravilhosa que tu fostes comigo.

Além dela, quero demonstrar o amor e carinho que sinto por algumas amigas, que se tornaram irmãs e comadres kkkkk, esta é a Tailise, uma grande amiga, meio louca da cabeça rrsrrsrs, temos muitas aventuras a contar, muitos tragos, mas acima de tudo AMIZADE. A nossa relação começou meio estranho, não íamos muito com a cara uma da outra, mas depois o nosso santo bateu kkk e como bateu kkkkk a nossa relação se resume a completar a loucura uma da outra, não apenas isso, uma não deixa a outra se abater, nem mesmo quando a gente só pensa em chorar e a sumir da face da terra, às vezes achamos que a depressão é o caminho, mas com a força da amizade e do amor recíproco, nada supera, a não ser o amor de DEUS. Te agradeço Tai, por ter passado tanta coisa comigo, em não me deixar cair e nem

desistir, e de sempre me ajudar quando eu mais preciso, não só na vida acadêmica mas principalmente no dia-a-dia. Te amo sua louca...

Outra que tenho que destacar é a Jenifer Brites, também grande amiga, não tão louca, só às vezes que é boca aberta kkkk brinks kkkk Mas falando sério, te agradeço por ser minha amiga, ter sido minha colega de graduação, companheira de TCC orientandas da Loiva, muitos choros e alegrias passamos juntas, e ainda estamos passando, mas a vitória será a nossa maior recompensa... Obrigada por ser quem tu és, essa pessoa sincera, estudiosa apesar de ser preguiçosa e dorminhoca, e se não bastasse esfomeada kkkkkkkkk mas nisso nos entendemos bem kkkk bem até demais hahauhau. Te amo louquinha rrsrsrs

Além delas, tem mais alguns que considero grandes pessoas, amigos e companheiros....Nara, Elisabete, Orion, Alessandra, Rosangela....vocês foram fundamentais na minha trajetória acadêmica e pessoal, quantos trabalhos fizemos juntos, quantas problematizações, almoços e jantas de trabalho?...fora as bebedeiras e banhos de chuvas né dona Ale e dona Bete? Rrsrsrs E os velhos chimas pra esquentar o coração e a alma? Saudades desses dias, só por repetir e vivenciar a amizade que nós criamos depois desses 4 anos juntos.

Tenho que agradecer também ao amigo e parceiro Rafael Silva, grande vizinho rrsrsrs. Quantos cafés, chimas e chás tomamos naquela direção do campus? Fora as altas conversas e fofocas que tínhamos... Obrigada por ter feito parte da minha trajetória.

Além disso, quero agradecer com bastante carinho a todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, dentre eles: Prof. Elis, Jaina, Jorge, Monique, Simone, José Wesley, Beras, Sol, Loiva, Mariléia, Marcia, Jocenir, Adriana, Jaqueline, Daniel e Walter.

Quero deixar um agradecimento especial a Prof<sup>a</sup>. Sol e Prof<sup>a</sup>. Loiva, não só pelo fato de terem sido minhas professoras na graduação, mas principalmente por terem sido minhas orientadoras de TCC I e TCC II. Graças a vocês pude fazer um trabalho de qualidade, pude refletir e me aproximar mais sobre a temática, e pude conhecer mais de perto a pessoa que vocês realmente são. Obrigada pelas cobranças e puxões de orelha que foram necessários, mas que acima de tudo vocês nunca deixaram de acreditar no meu potencial. Levarei vocês para o resto da minha vida.

Ademais, quero agradecer as pessoinhas que estiveram e estão sempre ao meu redor como a Taiara (grande amiga e parceira), Leda (ex sogra e grande amiga), bem como a toda a família Jornada que me ajudaram quando eu mais precisei e que acima de tudo sempre confiaram em mim. Obrigada pela amizade sincera de vocês.

Também quero ressaltar o meu carinho pelo meu companheiro de casa (Walas Mariano) que sempre teve fé e confiança em mim, que ainda agüenta as minhas loucuras, mas que nunca se deixou abalar referente a nossa amizade.

Também quero agradecer ao Victor Silva, que foi um grande parceiro em todo o processo da minha graduação, que sempre me ajudou nos trabalhos da faculdade, tirando o seu tempo para me auxiliar. Já presenciou vários choros e aflições minhas, mas que sempre acreditou em mim e sempre me motivou a nunca desistir. Obrigada Victor pela tua amizade e pela tua parceria.

Por fim, quero agradecer ao meu namorado, Renan Dias, que me cobrou incessantemente o meu TCC, às vezes me fazendo até chorar de raiva, mas que agora com o trabalho finalizado posso perceber que todas as tuas cobranças tiveram um resultado, que é a conclusão do mesmo. Te agradeço por tu ser esta pessoa maravilhosa, que eu amo, que me deu total apoio em todo o processo de finalização do meu TCC, tendo que aguentar as minhas irritações e loucuras, a minha bipolaridade de emoções, os meus choros, os meus desesperos, mas que acima de tudo, nunca deixou de acreditar e de confiar em mim. Também te agradeço pelo baita presente que tu me deu, que esse sim, é um amor incondicional e pra vida toda que é o nosso filho. Obrigada por tudo meu amor.

“Organizar a esperança, conduzir tempestades, romper o rumo das noites. Construir, sem pedir licença, um mundo de liberdade”.

Pedro Tierra

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido a partir de pesquisa sobre o tema “Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS”, que teve por objetivo geral: analisar o processo de efetivação da Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, no intuito de contribuir para a qualificação e fortalecimento da formação e do trabalho profissional em Serviço Social. Para tanto, partiu-se do seguinte problema de pesquisa: “Como vem se efetivando a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, na região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?”. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, orientada a partir do método dialético crítico e suas categorias constitutivas (historicidade, totalidade, contradição e trabalho). A coleta de dados foi desenvolvida por meio da técnica de questionário e a análise dos dados a partir da técnica de análise de conteúdo referenciada por Roque Moraes. Os resultados da pesquisa contribuíram para evidenciar que os NUCRESS desenvolvem processos formativos que ora estão mais relacionados à educação continuada, por meio de capacitações pontuais de viés técnico, considerando-se as demandas pautadas pela categoria. Também desenvolvem processos de educação permanente, a partir de vivências, trocas de experiências, reflexões, debates e estratégias coletivas de articulação em defesa do projeto ético-político profissional, construídas em reuniões periódicas dos NUCRESS. Além disso, pode-se verificar que, no conjunto de 13 municípios da fronteira oeste (FEE, 2015) há apenas três NUCRESS ativos nesta região: Alegrete, São Borja e Uruguaiana, os quais se constituíram como lócus empírico da pesquisa. Observa-se que a coordenação desses NUCRESS é constituída por um conjunto de profissionais de recém-formados. Estes resultados apontam o alcance dos objetivos propostos, o que pode ser constatado com maior veemência no decorrer do trabalho.

Palavras-Chave: Espaços de Organização da Categoria Profissional, Política de Educação Permanente, Trabalho Profissional

## RESUMEN

Esto por supuesto de finalización del trabajo se desarrolló a partir de la investigación sobre el tema "La deformación permanente Educación Política CFESS / CRESS", que tenía el objetivo general: analizar la eficacia del proceso de Educación Permanente de Política CFESS / CRESS fijado en región de la frontera, al oeste de Rio Grande do Sul, con el fin de contribuir a la mejora y el fortalecimiento de la formación y el trabajo profesional en trabajo social. Por lo tanto, se comenzó con el siguiente problema de investigación: "Como ha sido eficaz establece la política de Educación Permanente CFESS / CRESS, la región fronteriza del oeste de Rio Grande do Sul?". Se trata de una investigación cualitativa, orientada desde el método dialéctico crítico y sus categorías constituyentes (historicidad, de totalidad, la contradicción y trabajo). La recolección de datos fue desarrollado a través de la técnica del cuestionario y el análisis de datos de la técnica de análisis de contenido referenciado por Roque Moraes. Los resultados del estudio muestran que ayudaron NUCRESS desarrollar procesos de formación que ahora están más relacionados con la educación continua, a través de una formación específica de sesgo técnico, teniendo en cuenta las exigencias gobernados por categoría. También se desarrollan proceso en curso de la educación, de las experiencias, intercambio de experiencias, reflexiones, discusiones y estrategias colectivas de articulación en defensa del proyecto ético-político profesional, construidos en las reuniones regulares de NUCRESS. Por otra parte, se puede observar que, en los 13 municipios de la frontera occidental (FEE, 2015) sólo hay tres NUCRESS activo en esta región: Alegrete, Sao Borja y Uruguaiana, que están constituidos como locus de la investigación empírica. Se observa que tales NUCRESS coordinación está constituido por un conjunto de profesionales recién formados. Estos resultados indican el alcance de los objetivos propuestos, que se puede ver con más fuerza en el curso del trabajo.

Palabras clave: Organización de los centros de la categoría profesional de Política de Educación Permanente, Trabajo Profesional

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa dos municípios gaúchos da fronteira-oeste com NUCRESS.....	53
Figura 2 – Sistematização do conceito de educação permanente e educação continuada .....	61

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Identificação de Universo e Amostra da Pesquisa .....	20
Quadro 2 – IDH dos municípios de Alegrete, São Borja e Uruguaiana.....	54
Quadro 3 – Modalidades de Formação dos Integrantes da Coordenação dos NUCRESS da Fronteira Oeste do RS.....	56
Quadro 4 – Análise de pós graduação dos integrantes da coordenação dos NUCRESS da fronteira oeste do RS.....	57
Quadro 5 – Atividades formativas desenvolvidas pelos NUCRESS.....	58
Quadro 6 – Quadro de concepções dos Assistentes Sociais integrantes da coordenação dos NUCRESS da fronteira oeste do RS.....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS – Assistente Social

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais

CENEAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais

CEP – Comitê de Ética de Pesquisa

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EAD – Ensino a Distância

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPC – Modo de Produção Capitalista

NUCRESS – Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional de Estudantes

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>2 - O Processo Metodológico de Construção da Pesquisa .....</b>	<b>17</b>
<b>3 – Aportes Teóricos que fundamentam as Categorias Constitutivas da Pesquisa.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 Metamorfoses do mundo do trabalho .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2 Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo .....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 Espaços de Organização da Categoria Profissional e os Processos de Educação Permanente .....</b>	<b>37</b>
<b>3.3.1 Conjunto CFESS/CRESS .....</b>	<b>38</b>
<b>3.3.2 Organização dos Núcleos dos Assistentes Sociais (NUCRESS).....</b>	<b>42</b>
<b>3.3.3 Educação Permanente: Algumas Aproximações .....</b>	<b>45</b>
<b>3.3.3.1 Concepções sobre educação permanente .....</b>	<b>45</b>
<b>3.3.3.2 Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS .....</b>	<b>49</b>
<b>4. Descobertas do Processo de Pesquisa rumo a Materialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS.....</b>	<b>53</b>
<b>4.1 NUCRESS na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2 Processos de Educação Permanente desenvolvidos a partir dos NUCRESS .....</b>	<b>56</b>
<b>4.3 Desafios e Potencialidades da Materialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS a partir dos NUCRESS .....</b>	<b>59</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>63</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>72</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho de TCC teve como tema a Política de Educação Permanente. Para tanto, buscou-se analisar o processo de efetivação da Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, no intuito de contribuir para a qualificação e fortalecimento da formação e do trabalho profissional em Serviço Social.

Neste sentido, o trabalho também contribui para o mapeamento dos NUCRESS desta região, no intuito de desvendar quais NUCRESS estão ativos; identificar as ações formativas que estão sendo desenvolvidas por estes NUCRESS, a fim de analisar a existência ou não de processos de educação permanente; conhecer a apreensão dos/as assistentes sociais da região da Fronteira Oeste sobre a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, e por fim problematizar como as ações desenvolvidas pelos NUCRESS contribuem para a materialização desta Política de Educação Permanente, com vistas ao seu aprimoramento, considerando-se as particularidades da região da fronteira.

Diante disso, para atingir os objetivos citados, quanto a coleta de dados se fez o uso da técnica de questionário com questões abertas e fechadas encaminhadas via *email* aos assistentes sociais que são membros da coordenação dos três NUCRESS da fronteira oeste. A análise de dados foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo com referência em Roque Moraes.

No que se refere ao cuidado ético foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), visando a garantia do sigilo das informações fornecidas. É importante afirmar que a pesquisa tem relevância para a categoria profissional, pois propõe fazer uma análise da existência e efetivação da Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, dentro dos espaços de organização política da profissão, no caso, os NUCRESS da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul (Alegrete, São Borja e Uruguaiana). Além disso, visa subsidiar outros estudantes que queiram se aprofundar sobre a temática, como também se aproximar das particularidades dos municípios citados anteriormente.

Ressalta-se que este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está organizado em cinco capítulos. O primeiro trata da presente introdução. O capítulo 2 visa trazer o processo metodológico da pesquisa. No terceiro capítulo aborda os aportes teóricos que fundamentaram as categorias constitutivas da pesquisa, ou seja, o

referencial teórico. Já o capítulo 4 visa discutir as descobertas que foram feitas perante a pesquisa no intuito de materializar a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS, trazendo os dados empíricos encontrados. Por fim, no capítulo 5 tem-se as considerações finais e posteriormente pode ser encontrado as referências bibliográficas, os apêndices e anexos utilizados.

## **2 O PROCESSO METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

Neste capítulo será apresentado o tipo de pesquisa realizado, como também o método e os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do mesmo. Primeiramente, vale ressaltar que o presente trabalho tem cunho qualitativo. A escolha se deu por conta de levar em consideração dados subjetivos, onde os fenômenos são observados e analisados de maneira histórica, podendo assim ser feita a leitura da realidade de forma crítica e criativa, pois segundo Minayo (2007):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p. 21)

Além disso, é importante salientar que a pesquisa teve caráter exploratório, este viés exploratório com coleta de campo se deu por conta de ter como finalidade o de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias” (GIL, 2007, p. 43), tendo em vista, a aproximação de uma temática que é pouco discutida. Além disso, a pesquisa teve coleta de campo por meio da técnica de questionário, sendo que o trabalho de campo consiste em:

[...] levar para a prática empírica a construção teórica elaborada [...]. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas e outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria. (MINAYO, 2007, p. 26)

Para desenvolver este estudo, foi utilizado o método dialético-crítico, que é entendido como um “[...] método de interpretação da realidade”(GIL, 2007, p. 13), onde se “[...] penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e

na sociedade”(MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 110). Ressalta-se que “[...] o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevados, dos fenômenos da natureza e da sociedade”(MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 110). Sendo assim, torna-se relevante afirmar que este método possui uma visão dinâmica e totalizante, não vendo os fenômenos de forma isolada, privilegiando as mudanças qualitativas (GIL, 2007).

Além disso, a pesquisa foi fundamentada por quatro categorias: historicidade, totalidade, contradição e trabalho. Estas categorias se interrelacionam, a primeira “[...] significa reconhecer o processo, o movimento e a transformação dos sujeitos, da realidade e dos fenômenos sociais”, isto é, “[...] apreender os fatos como em permanente desenvolvimento e [...] apreendê-los em cortes históricos” (FRAGA, 2010, p. 55); enquanto que o segundo remete a percepção da realidade como um todo estruturado e dialético, e não como apreensão de todos os fatos (KOSIK, 1995); e já a terceira categoria se apresenta como inerente ao movimento do real, no qual a realidade se fundamenta na luta dos opostos (MACHADO, 2014) e enquanto que categoria trabalho pode ser entendida como uma atividade constituinte do ser social, por meio do qual o ser humano projeta finalidades e visa satisfazer as suas necessidades, modificando assim a sua realidade e se autotransformando (CLOSS, 2015), como próprio MARX (1867,p.297) fala “ao atuar sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza”.

No decorrer da pesquisa foi possível identificar a materialização dessas categorias. A questão da historicidade foi visível no momento que se pode analisar o perfil profissional. Também se pode ter uma visão de totalidade quando se adentra a região da fronteira oeste, bem como, a percepção que os/as assistentes sociais dos NUCRESS desta região têm sobre a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS. Observa-se de forma visível a categoria contradição, pois, a maioria destes profissionais concebem educação permanente enquanto educação continuada. Este processo também se torna contraditório quando algumas respostas dos profissionais ao questionário se assemelham com trechos da Política Nacional de Educação Permanente.

O processo metodológico foi orientado por um conjunto de referenciais teóricos, definidos a partir das categorias teóricas operacionais, quais sejam: Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, espaços de organização da categoria profissional e trabalho profissional.

A Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, se caracteriza por ser uma política que possui caráter político e pedagógico, e que tem como objetivo principal afirmar o projeto profissional dos assistentes sociais articulados com os pressupostos ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico constitutivos da formação profissional. Isto propicia momentos de questionamentos e reflexões sobre o trabalho profissional, fazendo com que estes sujeitos construam a consciência para si (CFESS, 2012). Seguindo nesta perspectiva, Fernandes (2008) ressalva que a educação permanente é um projeto coletivo com teor crítico e reflexivo, que problematiza as demandas apresentadas no exercício profissional, possibilitando assim a autoconstrução e o autoconhecimento.

Já a segunda categoria visa discutir sobre os espaços de organização da categoria profissional, com foco para os Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS). Ressalta-se que esta organização surgiu a partir da Resolução CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005, Art. 6º, Parágrafo 2º, que afirma que “os núcleos são espaços de articulação e organização dos Assistentes Sociais que cumprem o papel de interiorização, descentralização e democratização da gestão política dos CRESS”. Além disso, é importante ressaltar que estes núcleos são espaços políticos, de capacitação e qualificação profissional, de discussão teórico-política, como também um ambiente de reflexão sobre os limites e potencialidades do trabalho profissional em seus respectivos espaços sócio-ocupacionais, visando assim defender e fortalecer o projeto ético-político profissional (CRESS/RS, 2016).

Por fim, no terceiro eixo central da pesquisa tem-se o trabalho profissional, que é a discussão do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, ou seja, corresponde a inserção na divisão social e técnica do trabalho coletivo. Além disso, ressalta-se que este profissional participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, considerando que ele/a é um/a trabalhador/a assalariado/a e que sofre constantemente as investidas do capital, no qual implica no cotidiano deste profissional (IAMAMOTO, 2014)

Para que ocorresse a realização da pesquisa, delimitou-se o público alvo o qual definiu-se os membros participantes da coordenação dos NUCRESS da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Para a coleta de dados, inicialmente foi previsto uma pesquisa documental a partir dos projetos de formação dos NUCRESS, bem como das atas de reuniões, do ano de 2015, para se ter acesso ao nível de participação dos integrantes dos NUCRESS. Considerando a falta de retorno dos

NUCRESS e da autorização do CRESS, em relação a consulta a este material, não houve condições de explorar esta técnica. Quanto à coleta de campo ressalta-se que a mesma foi realizada por meio da técnica de questionário (Apêndice A) com questões fechadas e abertas com envio por *e-mail* aos NUCRESS de cada município da região da fronteira oeste do RS, selecionadas para o trabalho: Alegrete, São Borja e Uruguaina. Ressalta-se que houve um conjunto de estratégias para a obtenção dos dados, dentre elas contato telefônico e email. Foram enviados nove (9) questionários sendo três para cada NUCRESS. Desse total houve retorno de 07 participantes. No quadro 1 é possível ter um resumo sobre o universo e a amostra na pesquisa:

Quadro 01 – Identificação do Universo e Amostra

<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Questões Norteadoras</b>	<b>Universo</b>	<b>Amostra</b>
01 – Mapear os NUCRESS da região da fronteira oeste do estado do RS, no intuito de desvendar quais NUCRESS estão ativos nesta região.	01 – Como estão organizados e caracterizados os NUCRESS pertencentes a região da fronteira oeste do RS?	Documentos dos NUCRESS ou número total de NUCRESS	Site do CRESS 10ª Região
02- Identificar as ações formativas que estão sendo desenvolvidas pelos NUCRESS da região da fronteira oeste do RS, afim de analisar a existência ou não de processos de educação permanente.	02 – Quais as ações formativas voltadas a educação permanente que estão sendo desenvolvidas pelos NUCRESS?	NUCRESS	NUCRESS da região da fronteira oeste do RS (Alegrete, São Borja, Uruguiana)
03 – Problematizar como as ações desenvolvidas pelos NUCRESS contribuem para a materialização da Política de Educação Permanente, com vistas ao aprimoramento destas ações, considerando-se as particularidades da região da fronteira.	03 – Como as ações formativas desenvolvidas pelos NUCRESS da fronteira oeste do RS contribuem para a materialização da Política de Educação Permanente?	NUCRESS	NUCRESS da região da fronteira oeste do RS (Alegrete, São Borja, Uruguiana)

04 – Conhecer a apreensão dos/as assistentes sociais da região da fronteira oeste sobre a Política de Educação Permanente.	04 – Quais as concepções dos Assistentes Sociais dos NUCRESS da fronteira oeste do RS sobre a Política de Educação Permanente?	Assistentes sociais que participam dos NUCRESS organizados nos três municípios da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul	09 assistentes sociais vinculados às coordenações dos NUCRESS da região da fronteira oeste do RS (Alegrete, São Borja, Uruguaiana)
--	--	--	--

Fonte: sistematizado pela autora.

A análise de dados se deu por meio da análise de conteúdo fundada em Roque Moraes (1999). Segundo o autor esta metodologia é utilizada para descrever e interpretar os documentos e textos em sua totalidade, podendo assim conduzir descrições sistemáticas, bem como a ajudar a reinterpretar as mensagens, atingindo uma compreensão de seus significados para além da leitura. Logo a análise de conteúdo se deu em cinco etapas que foram: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação (MORAES, 1999).

A pesquisa teve como pressupostos éticos a preservação de todas as fontes consultadas, tendo como princípio ético o sigilo profissional, pois o sigilo remete a guardar as informações obtidas em razão do trabalho profissional sendo previsto em diversos dispositivos legais, inclusive no Código de Ética do Assistente Social - Lei 8662/93 (SAMPAIO; RODRIGUES, 2014).

Além disso, para a realização da pesquisa foi elaborado e preenchido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) visando o compromisso ético da pesquisadora com os sujeitos que foram pesquisados. Observa-se que a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e posteriormente ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP), entretanto, como não houve retorno do Comitê, em tempo satisfatório ao desenvolvimento da pesquisa. Considerando as deliberações feitas no Conselho do Curso de Serviço Social decidiu-se pelo prosseguimento da pesquisa, observando-se o cuidado ético requerido para o seu desenvolvimento. Ressalta-se que a socialização dos resultados, primeiramente foi realizada por meio de banca pública de apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso e, posterior a

entrega final do TCC, objetiva-se a elaboração de artigos e participação em eventos científicos.

### **3 APORTES TEÓRICOS QUE FUNDAMENTAM AS CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DA PESQUISA**

Neste capítulo são descritas as categorias teóricas que orientaram o processo da pesquisa, entende-se como categorias teóricas o que Minayo retrata:

[...] são conceitos classificatórios. Constituem-se como termos carregados de significação, por meio dos quais a realidade é pensada de forma hierarquizada. Dentro do pensamento dialético, [...] as categorias não são entidades, são construções históricas que atravessam o desenvolvimento do conhecimento e da prática social. (MINAYO, 2010, p. 178)

Logo, diante do pensamento de Minayo (2010) pode-se afirmar que as categorias que propiciam uma construção de forma hierarquizada do conhecimento, atravessando a prática social. Além disso, Minayo (2010) também aponta três tipos de categorias, que são: analítica, operacional e empírica; porém iremos nos deter apenas em uma destas que é a categoria analítica. Esta pode ser entendida como um guia teórico e que nos dá uma direção para a apropriação de um objeto em seu aspecto genérico.

Portanto, ressalta-se que as categorias a serem trabalhadas nos próximos capítulos serão o trabalho enquanto categoria ontológica do ser social e o serviço social como divisão social e técnica do trabalho; as entidades representativas da categoria profissional, dentre elas o conjunto CFESS/CRESS e o NUCRESS; a educação permanente e a política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS.

#### **3.1 Metamorfoses do Mundo do Trabalho na Contemporaneidade**

Busca-se, neste item, discutir as metamorfoses do mundo do trabalho, abordando desta forma as transformações postas ao trabalho, tendo em vista a influência do modo de produção capitalista (MPC) que se dá pela lógica do mercado, ou seja, pela compra e venda da força de trabalho (trabalho assalariado) visando a obtenção do lucro.

Seguindo nesta perspectiva, nota-se que o mundo do trabalho na contemporaneidade sofre diversos rebatimentos como o desmonte dos direitos sociais e políticas públicas garantidas na Constituição Federal de 1988, a expansão da precarização nos espaços de trabalho, bem como, a tendência de categorizar os trabalhadores como mercadorias, isto é, mão de obra barata. Por isso, torna-se relevante discutir sobre o tema trabalho, tendo em vista que é considerada a categoria ontológica do ser social.

Em geral, o termo trabalho, normalmente é remetido a algum tipo de ocupação ou atividade profissional, entretanto, quando se traz a categoria trabalho enquanto fundante do ser social, está se afirmando que é por meio do trabalho que se constitui o ser social, o ser humano adquire consciência, tendo contato com a natureza, modificando-a e se auto - transformando, conforme refere Marx:

(...) o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2014, p. 211)

Conforme a citação referida por Marx, pode-se afirmar que o trabalho se realiza através do intercâmbio entre os seres humanos e natureza, ou seja, em seu aspecto ontológico o ser humano ou a sociedade inexistem sem a natureza, pois “a natureza é (...) exterior e anterior à sociedade” (LESSA, 2011, p. 134). Salienta-se que nesta mesma perspectiva, que este intercâmbio tem como características a consciência, a técnica e a sociabilidade, porque para Giovanni Alves:

(...) é um *intercâmbio consciente* e, portanto, prenhe de racionalidade com respeito aos fins e aos meios. A *consciência* é a determinação reflexiva da categoria *trabalho*, pois sem ela não há trabalho humano. (...) é um *intercâmbio técnico*, ou seja, é um intercâmbio mediado por objetos de trabalho, meios de produção da vida social, formas de objetivação que, tal como uma outra natureza, se impõe sobre os homens, pois exigem, para sua plena manipulação, a observância de determinadas habilidades prático-cognitivas. (...) é um *intercâmbio interativo-social*, o que implica que, *consciência* e *técnica* pressupõem, como complexo de determinações reflexivo, a interação social, a *sociabilidade*, a relação do homem com outros homens, a cooperação social, que no decorrer da história do homem adquiriu várias formas sócio-históricas, determinada pelas relações de propriedade social e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.” (ALVES, 2007, p. 72-74)

No intuito de complementar o pensamento de Giovanni Alves, Netto e Braz (2006) ressalta que o ser social é constitutivo do trabalho, dispondo de diversas capacidades, dentre elas a de projetar, isto é, ele planeja para atingir tais metas; entretanto, só será possível atingir estas metas por meio de uma linguagem articulada, ou seja, que é quando ele articula o seu conhecimento com momentos de reflexão e de auto-reflexão constituída pela consciência, sendo que é por meio da consciência que este ser poderá conhecer a natureza bem como a si mesmo.

Logo, é relevante afirmar que o ser social não se reduz apenas ao trabalho, pois quanto mais ele se desenvolve, mais ele transcende o espaço relacionado ao trabalho (NETTO; BRAZ, 2006). Porém é também por meio do trabalho que há a articulação entre a teleologia que é “(...) a capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho” (IAMAMOTO, 2010, p. 349) e a causalidade que se dá pela “materialidade fundante, pelo movimento que se desenvolve em suas próprias bases, ainda que tendo como elemento desencadeador um ato teleológico” (ANTUNES, 2007, p. 137).

Perante a discussão apresentada por Netto; Braz, Iamamoto e Antunes, pode-se notar que o ser social tem características próprias, dentre elas a teleologia e a causalidade. Estas características são fundamentais, pois é por meio da articulação entre elas que se origina todos os atos humanos. Logo, salienta-se que o ser social não só expressa as possibilidades do mesmo, bem como, cria objetivações que é quando se transforma aquilo que não está visível em algo concreto, como por exemplo, o trabalho e a práxis.

Vale enfatizar que o ser social surge como pressuposto da atividade do trabalho humano, bem como produto desta atividade (ALVES, 2007), logo, pode-se afirmar que o trabalho realizado por seres humanos se distingue completamente do trabalho realizado por animais, pois o ser humano utiliza objetos para a efetivação do trabalho, enquanto que os animais não fazem uso de nenhum instrumento, conhecimento e intencionalidade. Conforme Marx refere:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu

o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo.[...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983: 149-150, 153).

Diante disso, pode-se dizer que o trabalho é função exclusiva do ser humano, sendo assim considerada a categoria fundante do ser social, já que ele atende a necessidade de toda sociabilidade e também é a determinação ontológica decisiva do ser social, conforme refere Lessa:

O trabalho é, pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência, sem os quais nenhuma vida poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas.(LESSA, 2011, p. 142)

É importante salientar que mesmo diante do pensamento de Lessa (2011) onde se afirma que o trabalho emerge num viés ontológico do ser social, ressalta-se que por conta da vigência do modo de produção capitalista (MPC) que é um dos modos de produção presentes na história da humanidade baseado na lógica do mercado, que surge o trabalho estranhado, ou seja, o trabalho abstrato (ALVES, 2007). Este tipo de trabalho se difere completamente do trabalho enquanto transformação do ser humano e da natureza, pois o trabalho abstrato é a única forma societal do trabalho oriunda do MPC (ALVES, 2007), tendo em vista que a finalidade principal é a produção de mais-valia, isto é, lucro para o capitalista através da exploração da força de trabalho.

Diante disso é que surge o trabalhador livre, ou seja, o trabalhador assalariado que é quando se vende a força de trabalho em troca de um salário estipulado pelo capitalista. Logo, pode-se notar que este trabalhador torna-se uma mercadoria, já que a mercadoria é considerada uma “unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” (NETTO;BRAZ, 2006, p. 80). Percebe-se que este tipo de

trabalho tem como característica as relações alienantes e coisificadas, isto é, quando as relações sociais entre os homens se tornam coisas e a mercadoria (coisa) se torna humana (NETTO;BRAZ, 2006).

Além disso, vale ressaltar que o mundo do trabalho propicia diversos rebatimentos no trabalho assalariado, principalmente quando se trata sobre a precariedade e precarização do trabalho, tendo em vista que “(...) o trabalho assalariado é a condição ontologicamente precária de classe” (ALVES, 2007, p. 272). Ou seja, pode-se afirmar que este tipo de trabalho que gera a precariedade e precarização da classe trabalhadora.

Entretanto, antes de abordar a precarização no mundo do trabalho, é necessário refletir sobre os modos de organização e gestão do trabalho no modo de produção capitalista, dentre eles o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo. O Taylorismo, marca a proposta de gerência científica criada por Frederick Winslow Taylor a partir do final do século XIX que se caracteriza pela aplicação de métodos que visam a otimização do tempo e do movimento do processo de trabalho (RIBEIRO, 2015). Ou seja, esta forma de organização do trabalho se detém ao tempo e a produção através do planejamento e da execução do trabalho.

O Fordismo se caracterizou pela continuidade do uso das técnicas de Taylor, porém, com a utilização da produção em massa e em série (ANTUNES, 2006). Além disso, foi por meio de Henry Ford que pode implementar a esteira rolante, provocando uma “imensa intensificação, automatização e mecanização do processo de trabalho” (RIBEIRO, 2015, p. 69). Indo ao encontro de Ribeiro, Antunes (2006) elenca que os elementos constitutivos do fordismo eram:

[...] produção em massa, através da linha da montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2006, p. 25)

Nota-se que tanto o Taylorismo como o Fordismo visavam entre outros aspectos, o controle do tempo, tendo como o objetivo a exploração extensiva da jornada de trabalho, por meio do trabalho exaustivo e repetitivo. Perante isso, é possível afirmar que o binômio taylorismo/fordismo tinha a principal finalidade

contribuir para o processo de acumulação da classe dominante, ou seja, ao sistema capitalista.

A partir do final dos anos de 1960, ocorre a crise do sistema capitalista e também das formas de organização taylorista/fordista. É um período marcado pelos questionamentos da classe operária perante a exploração do sistema taylorista e fordista, bem como a saturação da economia. Antunes (2007) reitera que:

Realizava-se, então, uma interação entre elementos constitutivos da crise do capital, que impossibilitavam a permanência do ciclo expansionista do capital [...]: além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afluíam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. (ANTUNES, 2007, p. 42)

Perante a este contexto, é perceptível a disputa de interesses entre as classes. Por um lado a classe trabalhadora lutando contra a exploração no mundo do trabalho, enquanto que do outro lado, o capital querendo acumular mais e mais em cima da classe operária. Ou seja, há um “estancamento econômico e [uma] intensificação das lutas de classes” (ANTUNES, 2007, p. 42).

Salienta-se que a classe proletária fez vários enfrentamentos ao modo produtivo vigente, dentre eles a greve. Entretanto, a categoria se delimitou a apenas a ambientes micros da empresa, não conseguindo atingir a hegemonia da sociabilidade do capital, isto fez com que fragilizasse o movimento que tinha se estabelecido (ANTUNES, 2007).

Diante disso, frente à crise e a fragilização da classe trabalhadora, o capital aproveita para criar novas bases de organização no padrão de produção para continuar a expandir-se. Com a influência da tecnologia da época, o capital encontra formas de enfrentamento e de reorganização, utilizando-se, para isso, de novos e antigos mecanismos. Dentre os antigos mecanismos enquadram-se algumas táticas da cultura taylorista/fordista e novos se enquadram a acumulação flexível, baseado no toyotismo, pois para Antunes (2007):

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. (ANTUNES, 2007, p. 47)

Ressalta-se que o toyotismo ganha evidência por conta da economia japonesa está em ascensão e os métodos utilizados por este modo de produção gerar grandes índices de produtividade do trabalho (DRUCK, 1999). É importante referir que esta forma de organização nasceu na Toyota, no Japão pós-45 e que ela acabou se tornando uma resposta à crise taylorista/fordista.

Dentre as principais características do Toyotismo pode-se destacar a ótica neoliberal, onde se baseia no estoque mínimo, na automatização, no just-in-time, no trabalho em equipe, na administração por estresse, na flexibilização de mão de obra, na gestão participativa, no emprego vitalício, no controle de qualidade e na subcontratação (FUTATA, 2005).

Diante disso, pode-se afirmar que com o Toyotismo houve o aumento do maquinário, diminuindo a participação humana na produção, surgindo desta forma o desemprego estrutural. Seguindo nesta perspectiva, Antunes (2006) refere que ocorre uma processualidade contraditória, pois ao mesmo tempo em que se diminui o operariado, aumenta-se o trabalho precário e assalariado, evidenciando a precariedade e precarização no mundo do trabalho.

E quando se fala sobre precariedade estamos nos referindo à “uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho” (ALVES, 2007, p. 103). Isto quer dizer que está atrelado à estrutura da força de trabalho enquanto mercadoria, tornando-se pertinente o sentimento de periculosidade. E exemplos disso são os contratos de trabalho a curto prazo e os baixos salários.

Enquanto que a precarização diz respeito a “um processo que possui uma (...) dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (ALVES, 2007, p. 114). Ou seja, ela se caracteriza pela desigualdade, tendo um caráter complexo, atingindo não apenas a massa trabalhadora, mas também os órgãos que a defendem como, por exemplo, os sindicatos ou no caso do Serviço Social, os conselhos, tais como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Seguindo nesta perspectiva, é importante ressaltar que o mundo do trabalho está sofrendo diversas mutações diante da política neoliberal que se vivencia no Brasil desde o final da década de 1980, dentre elas estão a expansão do desemprego, do subemprego, superexploração do trabalho, contratos de curto prazo, fim da estabilidade no emprego, aumento do trabalho informal, considerando

o trabalhador como algo descartável (GARCIA, 2010). Observa-se que estas transformações no mundo do trabalho seguem na orientação do desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, tornando-se visível o estado mínimo, ou seja, a desresponsabilização do estado frente o compromisso com os direitos e políticas sociais públicas e, em contrapartida, a manutenção dos interesses do capital.

Antunes (2006) elenca outros elementos que se fazem presentes no mundo do trabalho que são: desproletarização do trabalho industrial e fabril; expansão do trabalho assalariado; polivalência do trabalhador; incorporação do contingente feminino no mundo operário e aumento do trabalho parcial, temporário, precário e terceirizado. Contudo, nota-se que a classe trabalhadora vive um período repleto de contradições, tornando-se fragmentada e cada vez mais desigual. Assim, é fundamental a formação de uma identidade em si e para si enquanto classe trabalhadora, podendo desta forma tencionar e resistir ao modo de produção capitalista através de lutas sociais e políticas, reivindicando assim, seus direitos e lutando contra essa flexibilização e precarização do trabalho. Esse processo tem rebatimentos diretos no Serviço Social, conforme pode ser observado no capítulo que segue.

### **3.2 Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**

O Serviço Social enquanto trabalho coletivo está inserido na divisão social e técnica do trabalho. Assim é necessário problematizar os espaços sócio-ocupacionais em que o/a assistente social se insere, trazendo a tona desafios e possibilidades que a categoria profissional perpassa em seu trabalho profissional.

Quando se aborda sobre o mundo do trabalho, é inevitável não trazer a tona o Serviço Social enquanto trabalho inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo, que participa do processo de produção e reprodução das relações sociais e que sofre incessantemente as investidas do capital, implicando em desafios em seu cotidiano profissional (IAMAMOTO, 2014).

Logo, compreender o Serviço Social enquanto profissão supõe fugir de visões endógenas de “evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia” (MONTAÑO, 2011, p. 19-20). Trata-se de fugir de uma prática ou ação isolada e pontual que visa utilizar a caridade, a filantropia e a ajuda como opção teórico-metodológica e interventiva. Também é necessário

considerar como um tipo de trabalho na sociedade, privilegiando desta forma a produção e reprodução da vida social. Nesta perspectiva lamamoto refere:

[...] o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social. (IAMAMOTO, 2014, p. 27)

Perante a análise de lamamoto, pode-se afirmar que quando o assistente social está inserido em processos de trabalho, ele deve ter uma visão ampliada da realidade social, numa perspectiva da totalidade, como intuito de não menosprezar as diversas dimensões da vida social.

Isto aponta para uma mudança significativa na trajetória da profissão uma vez que nem sempre a categoria profissional teve esta visão da profissão, tendo em vista que era considerada uma “[...] prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada [...]” (NETTO, 1992, p.13). Ressalta-se que a sua gênese se deu na década de 1930, porém a sua maior efervescência foi durante o capitalismo monopolista a partir da década de 1980, tendo em vista que nesse período estava ocorrendo diversas mudanças em âmbito mundial, como aponta Antunes:

A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, mas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2006, p. 23).

Salienta-se que diante da conjuntura apresentada anteriormente pelo autor, o Serviço Social surge enquanto profissão na intenção de atender os interesses do capital e da classe trabalhadora, isto é, intervindo e amenizando os conflitos, adquirindo, assim, um caráter interventivo e mediador (SILVA, 2013). lamamoto e Carvalho (2006) complementam que:

[...] a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade,

interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 75)

Percebe-se que o trabalho do/a assistente social é algo complexo, contraditório e rico de mediações (SILVA, 2013), e isso se torna mais visível no cotidiano profissional, justamente por ser considerada uma profissão que tem inserção direta na sociedade, como também com a realidade no qual se encontra inserida. Logo, ressalta-se que o/a assistente social é um/a profissional que preza pela garantia e defesa dos direitos da população, rompendo com a visão assistencialista a qual era atribuída em seu trabalho profissional por meio do movimento de reconceituação e da consolidação do projeto ético-político, expresso de forma direta no Código de Ética (1993), Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e Lei de Regulamentação da Profissão (1993) que passa a dar um novo direcionamento para o mesmo.

Salienta-se que a consolidação do projeto ético-político foi e é uma conquista para a categoria profissional, concretizado perante as lutas da categoria, que teve início com o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que foi influenciado pelo Movimento de Reconceituação na América Latina. Este movimento pode ser caracterizado como um processo de questionamento e reflexão sobre as práticas profissionais dos assistentes sociais, que tinha por objetivo romper com o tradicionalismo que possuía caráter conservador, paternalista, imediatista, empirista e burocrático, visando assim ter um novo entendimento da profissão, como também estabelecer novos objetivos profissionais, novas abordagens diante da realidade social, nova matriz teórica que responda as demandas.

Além disso, ele se constitui em três fases, a primeira se chama de “modernização conservadora”, que se dá nos anos de 1965 até 1978, tendo como vertente teórica o funcionalismo, seguindo uma ideologia desenvolvimentista. A segunda fase tem como nome de “reatualização do conservadorismo”, que ocorre entre os anos 1978 até 1984, tendo como a fenomenologia como base teórica, tendo como característica principal de não contar com a historicidade do sujeito. Enquanto

que a terceira fase chama-se de “intenção de ruptura”, que tem como matriz teórica o marxismo, esta se inicia em 1984 e é a atual teoria hegemônica do Serviço Social. É através da fundamentação no marxismo que se busca a renovação teórico-metodológica da ação profissional, propiciando assim o amadurecimento teórico, político e ideológico dos assistentes sociais. (SILVA, 2007)

Após este resgate histórico, entende-se que atualmente o/a assistente social é um/a profissional especializado/a e assalariado/a, pois vende a sua força de trabalho para o empregador na intenção de adquirir um salário visando atender as suas necessidades materiais e espirituais. Diante da ofensiva do capital ressalva-se que a força de trabalho deste profissional, bem como dos demais trabalhadores (as) é considerada uma mercadoria, que apresenta valor de uso e de troca. Conforme nos afirma lamamoto:

O assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho – condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado – vende a sua força de trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridos no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente – o salário ou proventos – que corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária (IAMAMOTO, 2010, p.217).

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que o (a) assistente social pode vender a sua força de trabalho para diversos empregadores, como por exemplo, o Estado, organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais, ou seja, ele(a) pode atuar em diversos campos (RAICHELIS, 2011). Entretanto, é relevante afirmar que cada espaço sócio ocupacional é composto por regras e normas, que interferem de maneira particular no trabalho do assistente social, inclusive em sua autonomia relativa, conforme retrata lamamoto:

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as

expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 218).

Diante disso, é importante a problematização dos impactos gerados pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho para a categoria profissional dos/das assistentes sociais. Dentre eles estão a “tríade flexibilização/precarização/terceirização” (RAICHELIS, 2011, p. 431) presente nos espaços institucionais, como também os demais desafios que surgem no trabalho profissional causada por essa tríade.

No momento que se traz a discussão da tríade, é relevante conceituar a mesma, iniciando pelo termo da flexibilização que se refere a um tipo de racionalização da produção e intensificação do ritmo de trabalho, tornando-se uma estratégia do empregador, principalmente do empresariado que visa enfrentar o mercado globalizado e competitivo (PEREIRA; SILVA; MACIEL, 2011). Ou seja, pode-se dizer que a flexibilização constitui-se em estratégia do capitalista para arrecadar mais lucro, bem como, explorar o trabalhador.

Já a precarização é considerada um processo social que se dá por meio do desmonte da formalização e do crescimento da informalização, propiciando o desemprego estrutural, atingindo desta forma o centro e a borda do mundo do trabalho conforme afirma Alves (2007). Ressalta-se que para Druck (2011) <sup>1</sup> existem cinco grandes tipos de precarização, que são: 1- As formas de mercantilização da força de trabalho; 2- A organização e as condições da força de trabalho; 3- As condições de segurança e saúde no trabalho; 4- As condições de representação e de organização sindical e 5- A complexidade maior ainda da alienação do trabalho.

Perante o que foi exposto, pode-se afirmar que uma das formas de precarização/flexibilização é a terceirização, pois ela trata-se de um “processo de transferência da execução de serviços de uma empresa para outra empresa; ou de uma organização para a uma empresa” (CUT, 2009, p. 9). Complementando a definição da CUT (2009), Franco, Druck e Seligman-Silva (2010, p.233) referem que:

A terceirização é uma das principais formas de flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um “primeiro” – que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia – para um “terceiro”, liberando, assim, o grande capital dos encargos trabalhistas.

---

1Mais informações em DRUCK (2011), “Trabalho, Precarização E Resistências: Novos E Velhos Desafios?”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>

Logo, nota-se que a tríade aqui tratada é bastante complexa e que atinge em totalidade o mundo do trabalho, inclusive dos/as assistentes sociais em seus espaços sócio ocupacionais. Ao abordar esse tema, busca-se referir à insegurança do emprego, formas de contratação precárias, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, violação dos direitos sociais, redução dos postos de trabalho, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, adoecimento físico e mental dos trabalhadores em questão, ausência de horizontes profissionais de longo prazo, falta de políticas de capacitação profissional, dentre outros (RAICHELIS, 2011).

A partir dessa reflexão, é relevante explanar sobre as entidades representativas da categoria profissional, pois elas possibilitam a articulação e o fortalecimento dos/as assistentes sociais. Também podem ser considerados espaços estratégicos de resistência e de enfrentamento ao capital, aos diversos tipos de precarização no mundo do trabalho, ao militarismo, à privatização e focalização dos programas sociais e das políticas sociais, à mercantilização do ensino, ao descumprimento ético profissional nos espaços de atuação e ao adoecimento desses trabalhadores (REIDEL, 2014).

Ressalta-se que estas entidades se subdividem em quatro (4), que são Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Além disso, salienta-se a importância dos Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) que apesar de não se constituir como entidade específica, mas são considerados espaços de articulação da categoria, vinculados aos CRESS.

Destaca-se que este conjunto tem por objetivo defender uma formação profissional de qualidade, visando a materialização do Projeto Ético Político (PEP), evidenciando desta forma a liberdade como valor ético central, no intuito de romper com o conservadorismo (ABEPSS, CFESS, 2011). Ressalta-se que este projeto representa valores e conquistas que são refletidos no contexto econômico, político, cultural e social, conforme enfatiza Junior e Lara (2015):

O projeto ético-político expressa, assim, valores e conquistas que só podem ser entendidos a partir de uma reflexão sobre todo o contexto econômico, político, cultural e social que perpassa e é inerente à sociabilidade capitalista, sob a ótica da crítica ao modelo de produção atual e a inserção e

reconhecimento do assistente social enquanto trabalhador. (JUNIOR; LARA, 2015, p. 29)

Pode-se perceber que o PEP “está vinculado à um projeto de transformação da sociedade” (TEIXEIRA, 2009, p. 222), considerando-se a crítica ao modelo neoliberal. Isto possibilita com que os assistentes sociais reflitam sobre o contexto em que estão inseridos e que construam estratégias de enfrentamento e de resistência ao sistema hegemônico vigente. Ressalta-se a importância da articulação da categoria profissional com as entidades representativas, pois elas também detêm um papel político.

Salienta-se que estas entidades prezam pela mobilização da categoria, promovendo debates coletivos e democráticos referentes ao trabalho profissional e a realidade na qual estão inscritas (RAMOS, 2006). Observa-se que a discussão das entidades organizativas é de suma importância, tornando-se necessário trazer o papel de cada uma.

O conjunto CFESS/CRESS é considerado uma autarquia pública que tem o papel de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional. O CFESS constitui-se em âmbito nacional com sede em Brasília (DF) e os CRESS, em âmbito regional que totalizam em vinte seis (26), já que cada estado possui um CRESS. Ressalta-se que nem sempre existiram conselhos que defendessem e fiscalizassem a categoria. Foi a partir de 1950 que surgem os conselhos de fiscalização das profissões e o Serviço Social foi um dos primeiros a ser regulamentado. Houve a necessidade de instituir o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) por meio da Lei nº 994 de 15 de maio de 1962.

Posteriormente através da Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão que foi modificado o nome para CFESS/CRESS, bem como as competências e atribuições privativas da profissão. Os Encontros Nacionais CFESS/CRESS se constituiu como instancia de deliberação máxima do conjunto (CRESS, 2016). Sendo assim, pode-se afirmar que o conjunto CFESS/CRESS é uma entidade político-organizativa, que visa regulamentar atribuições e competências para a categoria, como também para que a própria profissão seja interventiva junto a sociedade. Salienta-se que esta autarquia também tem o intuito de materializar o projeto profissional e o princípio ético central da liberdade, tendo em vista, que a liberdade está relacionada a consciência do ser social, bem como a crítica da

sociedade burguesa, ou seja, tornando-se uma mediação para o fortalecimento do projeto ético-político (DAROS; GUEDES, 2016).

O NUCRESS<sup>2</sup> é um espaço descentralizado de articulação e de organização dos/as assistentes sociais, com o objetivo de promover a interiorização e democratização da gestão pública do CRESS. É importante salientar que este espaço de articulação vinculado ao CRESS é propício para promover e materializar os processos de educação permanente, bem como, a discussão sobre a política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS. Esta é concebida como uma política que possui uma dimensão formativa, que visa compartilhar experiências, podendo desta forma criar estratégias para a superação dos limites e criação de possibilidades interventivas no trabalho profissional do assistente social<sup>3</sup>. Logo, ressalva-se que o CRESS – 10ª Região possui trinta e dois NUCRESS. Na região da fronteira oeste estão organizados três NUCRESS, localizados nos municípios de Alegrete, São Borja e Uruguaiana (CRESS, 2014).

Já a ABEPSS tem a atribuição de coordenar e articular a discussão sobre o projeto de formação profissional em serviço social, abrangendo tanto a graduação como a pós graduação. Ao longo de sua constituição inicialmente esta entidade se chamava Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), entretanto, em 1996, passou a ser denominada de ABEPSS, pois passou a incorporar o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS), bem como, a observar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, é importante dizer que esta entidade, bem como o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, possui um plano de lutas<sup>4</sup>, onde se trabalha em articulação com as demais entidades organizativas da categoria no intuito de atingir, em nível nacional, os principais objetivos da ABEPSS que é a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada (ABEPSS, 2016). Logo, pode-se perceber que esta entidade preza por uma formação profissional de qualidade, visando a ética, a materialização das

---

<sup>2</sup> Segundo a Resolução CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005, no parágrafo 2º do artigo 6º.

<sup>3</sup> Para saber mais, acesse o respectivo link com o documento da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf)

<sup>4</sup> Para saber mais acesse o respectivo link com o documento do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201606211332307577180.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201606211332307577180.pdf)

Diretrizes Curriculares do Serviço Social, como também a luta contra a lógica neoliberal articulado aos valores do projeto ético-político.

Quanto a ENESSO trata-se de uma entidade que mobiliza o movimento estudantil de Serviço Social, participando ativamente dos debates coletivos que norteiam a profissão (RAMOS, 2006). Na sua constituição histórica, antes da organização da Enesso, havia a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional de Estudantes - SESSUNE, precisamente na década de 1988. Entretanto, diante da insatisfação dos estudantes de Serviço Social com a Sessune, realizou-se discussões e debates, decidindo assim a extinção da Sessune e criação da Enesso no ano de 1993.

Além disso, observa-se que o movimento estudantil de Serviço Social, na sua trajetória vem trabalhando em conjunto com outras instâncias organizativas e espaços de luta da categoria profissional, inclusive nos momentos decisivos do Serviço Social como, por exemplo, a elaboração do Código de Ética Profissional (1993) e Diretrizes Curriculares (1996) (RAMOS, 2006). Logo, pode-se afirmar que a Enesso é uma das entidades de luta não apenas dos/as estudantes, mas também dos/as assistentes sociais que se são pautados pela opressão e desigualdade gerada pela política neoliberal.

Considerando ao que foi explicitado em relação a conjuntura atual no mundo do trabalho e as entidades organizativas da categoria, que prezam pela garantia do Projeto Ético Político Profissional não se extingue os desafios que surgem no decorrer do trabalho dos/as assistentes sociais. Portanto, torna-se pertinente abordar os principais desafios para a categoria que busca fugir da visão focalista do Serviço Social, na perspectiva de constituição de um perfil profissional que decifra a realidade, propositivo, criativo e que visa efetivar os direitos dos usuários, conforme Iamamoto:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2014, p. 20).

Contudo, evidencia-se que são diversos os desafios vivenciados pelos/as assistentes sociais e que a garantia da qualidade no processo de formação profissional dos/as assistentes sociais é relevante, bem como, o fortalecimento das

organizações coletivas e a ampliação dos espaços representativos como um ambiente com teor crítico, no intuito de superar as desigualdades impostas pelo MPC, materializando assim o projeto profissional.

### **3.3 Espaços de Organização da Categoria Profissional e os Processos de Educação Permanente**

Este item visa discutir sobre os espaços organizativos e representativos da categoria profissional dos/as assistentes sociais, dentre eles o conjunto CFESS/CRESS e o NUCRESS, o primeiro enquanto órgão fiscalizatório do trabalho profissional dos Assistentes Sociais, e o segundo enquanto espaço de articulação da categoria no intuito de viabilizar a interiorização e democratização da gestão do CRESS.

Além disso, salienta-se que estes espaços propiciam processos de educação permanente, os quais são necessários em qualquer profissão e que tem como base os princípios éticos e políticos, a partir de uma direção social que vise à justiça social e a emancipação humana, tendo como eixo norteador a capacidade de reflexão, com caráter pedagógico, contínuo e político.

#### **3.3.1 Conjunto CFESS/CRESS**

O conjunto CFESS/CRESS se constitui como uma das entidades representativas dos/as assistentes sociais, que tem o papel de fiscalizar e orientar o trabalho profissional. Em continuidade ao histórico do conjunto CFESS/CRESS descrito parcialmente no item anterior, destaca-se que o processo histórico da criação do conjunto CFESS/CRESS se dá após a institucionalização e regulamentação do Serviço Social enquanto profissão na década de 1950 pela Lei 1.089, de Junho de 1953.

Através desta legislação, viu-se a necessidade de se criar meios para que houvesse a fiscalização do trabalho profissional dos Assistentes Sociais, então se criou o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) divididos em 10 regiões por meio da Lei nº 994 de 15 de maio de 1962.

Ressalta-se que neste período vivia-se um momento crítico de conservadorismo, onde o conjunto CFAS/CRAS tinha um caráter burocrático,

corporativo, punitivo e autoritário, propiciando o seu não posicionamento referente à ordem do capital, conforme observa Lara e Santos :

[...] o conjunto CFAS/CRAS se caracterizaram como entidades conservadoras, corporativas, burocráticas e fiscalizadoras, representando o modelo tradicional da profissão do período. Ou seja, [...] sustentavam um posicionamento de neutralidade, de ajustamento dos indivíduos e de manutenção da ordem capitalista. (LARA; SANTOS, 2014, p. 9-10)

Diante disso, percebe-se que a categoria profissional e o conjunto CFAS/CRAS estavam referenciadas em conceitos teóricos não críticos, pois ainda se faziam presentes a perspectiva modernizadora e também da reatualização do conservadorismo, onde a primeira seguia a teoria do positivismo e a segunda seguia a fenomenologia, ambas com ações interventivas metodológicas diferentes. É importante ressaltar que o conjunto CFAS/CRAS se posicionavam com neutralidade perante ao contexto socioeconômico da época, tratando com indiferença as mudanças ocorridas no território político e social, podendo desta forma considerá-los acrílicos e despolitizados.

Destaca-se neste período a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979 com uma presença significativa de entidades sindicais. Posteriormente em 1983, através da CENEAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais realizou-se a I Assembléia Nacional Sindical, onde se efetivou a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS). Esta ANAS surge na intenção de encaminhar as lutas da categoria, tendo um compromisso político e coletivo, conforme refere-se Tojal e Dallaruvera:

[...] tem como tarefa a ser a direção do movimento sindical nacional, encaminhar as lutas de forma unificada e o processo de criação da federação. A ANAS passa a integrar o conjunto de entidades da categoria com um papel destacado na luta pela organização dos profissionais do Serviço Social e na afirmação do compromisso político e coletivo com a classe trabalhadora. (TOJAL; DALLARUVERA, 2016, p. 02)

Ressalta-se que neste mesmo período, ocorreu diversos debates a respeito do Código de Ética e da sua reformulação, propiciando a aprovação do Código de Ética de 1986, considerado um avanço para a categoria profissional já que o mesmo representa a superação das bases teóricas conservadoras (CFESS, 2008).

Entretanto, o movimento de reconceituação da categoria profissional não se finda apenas nisso, em 1991, o conjunto CFAS/CRAS vê a necessidade de continuar tendo a revisão do instrumento ético vigente, salientando a importância de permanecer com os pressupostos históricos, teóricos e políticos formulados em 1986, o que possibilitou a criação e a materialização do código de ética profissional em 1993, bem como a construção de uma Política Nacional de Fiscalização.

Ressalta-se que através da aprovação da Lei n. 8662/93 de regulamentação da profissão com a resolução 273/1993 (Código de Ética do/a Assistente Social), acabou tendo a revogação da lei anterior (Lei n. 3252/57), determinando a mudança de nomenclatura do conjunto CFAS/CRAS para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Nota-se que os anos de 1980 e 1990 foram marcados por grandes avanços para a categoria profissional, principalmente no campo ético da profissão, mantendo a sintonia com as metamorfoses políticas. Por meio das transformações realizadas a partir destas décadas, pode-se afirmar que foi o início para a construção do projeto ético-político profissional, como também possibilitou o protagonismo do CFESS nas discussões das políticas públicas e da sua participação nos conselhos de direitos e de políticas (RAMOS, 2005).

Em 1990 destaca-se o protagonismo do CFESS, com a promoção de diversos eventos de capacitação para a categoria profissional, dentre elas estão o que Ramos (2005) ressalta:

Essa entidade promoveu anualmente os encontros CFESS/CRESS, fórum de discussão, deliberação e construção coletiva da agenda política do Conjunto CFESS/CRESS, que conta com a participação dos conselheiros de todos os CRESS do país e com representantes da categoria profissional de todos os estados brasileiros. [...] Os encontros CFESS/CRESS da década de 1990 foram os seguintes: XVIII Encontro Nacional CFAS/CRAS – 1990; XIX Encontro Nacional CFAS/CRAS – 1991; XX Encontro Nacional CFAS/CRAS – 1992 em Goiânia-GO; XXI Encontro Nacional CFAS/CRAS – 1993 em Salvador – BA; XXIII Encontro Nacional CFESS/CRESS – 1994 em Brasília – DF; XXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS – 1995 no Rio de Janeiro – RJ; XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS – Fortaleza – CE; XXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS – 1997 em Belém – PA; XXVII Encontro Nacional CFESS/CRESS – 1998 em Florianópolis – SC; XXVIII Encontro Nacional CFESS/CRESS – 1999 em Campo Grande – MS; XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS – 2000 em Maceió – AL. Já os CBAS promovidos na década de 90 foram: VII CBAS em São Paulo-SP; VIII CBAS em Salvador-BA e IX CBAS em Goiânia-GO. (RAMOS, 2005, p.107)

Diante disso, percebe-se que através do movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, houve algumas mudanças nos instrumentos legais que regem a profissão. Essas mudanças são visíveis na concepção do que seja o Serviço Social, da função do conjunto CFESS/CRESS, novas metodologias para se aproximar da categoria profissional como o uso de educação permanente, através de “espaços democráticos de debate e construção coletiva” (CFESS, 2008, p.168).

Isto proporcionou outra conquista para a categoria, a aprovação da Resolução CFESS n. 382 de 21/2/1999, instituindo a Política Nacional de Fiscalização, que se desdobram em diferentes campos, tais como: no campo da ética, na articulação com os movimentos sociais populares, na relação entre assistentes sociais e políticas públicas, na formação profissional com qualidade, dentre outros. É importante salientar que posteriormente esta lei foi atualizada, entrando em vigor a resolução CFESS n. 512 de 29/09/2007, onde foram reformuladas as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional.

Logo, pode-se afirmar que com a aprovação da Política Nacional de Fiscalização, o conjunto CFESS/CRESS rompe com a concepção de fiscalização autoritária e burocrática, passando a ter uma dimensão “política, formativa e normativa” (CFESS, 2008, p. 165). Sendo assim, pode-se dizer que esta política juntamente com a atuação do conjunto CFESS/CRESS é um instrumento de luta que tem a capacidade de mobilizar a categoria profissional em defesa do trabalho profissional de qualidade na perspectiva dos direitos sociais.

Portanto, o conjunto CFESS/CRESS é considerado um dos espaços de organização da categoria profissional, pois por meio dele é possível a articulação com as outras entidades representativas da profissão (ABEPSS, ENESSO), como também a possibilidade de se criar uma práxis política emancipatória, com o objetivo de garantir a direção social do projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, Ramos (2006) refere:

A contribuição da ação política do CFESS para a materialização do projeto profissional [...] é demonstrada através de práticas concretas de defesa dos princípios ético-políticos, construídos coletivamente pela categoria. Desta forma, destaca-se a relevância dessa entidade para ampliar a participação de segmentos da sociedade civil comprometidos com a causa dos(as) trabalhadores(as) [...]. À defesa da democracia política e econômica alia-se a batalha pela garantia da cidadania como estratégia de luta das classes trabalhadoras para a defesa e a ampliação dos direitos sociais e humanos [...]. (RAMOS, 2006, p. 176)

Diante disso, nota-se que o conjunto CFESS/CRESS tem uma função ético-política como instância organizativa dos/as assistentes sociais, inserida nas lutas da classe trabalhadora, imersa numa conjuntura de retrocessos de direitos e políticas públicas. Estes retrocessos podem ser identificados, por exemplo, no âmbito da formação por meio do incentivo à privatização no ensino superior, diminuição de verbas para o ensino (inclusive nível superior), aumento de cursos na modalidade EAD, entre outros. Já no que se refere ao trabalho profissional destaca-se a limitada autonomia, embora relativa dos/as profissionais, considerando-se a carga horária excessiva de trabalho, “o adoecimento e assédio moral dos/as trabalhadores/as” (MACHADO; KNEVITZ; GOIN; ALMEIDA, 2016, p. 142). Logo, esta entidade tem um estatuto que a rege, o qual o define como:

**Art. 1º** O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, regulamentados pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, constituem uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, com poder delegado pela União, e forma federativa, com o objetivo básico de fiscalizar, disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, conforme os princípios e normas estabelecidas pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS. (CFESS; CRESS, 2005, p. 3)

Contudo, pode-se considerar que o conjunto CFESS/CRESS é uma entidade que preza pela defesa do trabalho profissional, não se detendo apenas a fiscalização, mas, constituindo-se em estratégia política e de luta, tendo em vista as contradições vivenciadas no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais. Por fim, salienta-se que um dos principais desafios para a categoria e para o conjunto CFESS/CRESS é a materialização do projeto ético-político profissional no processo de fiscalização realizado pelo conjunto, bem como nos espaços sócio ocupacionais em que os/as assistentes sociais estão inseridos/as, considerando assim este desafio como um processo de resistência e de luta da categoria profissional.

### **3.3.2 Organização dos Núcleos de Assistentes Sociais (NUCRESS)**

No que se refere aos NUCRESS destaca-se que estes são espaços de articulação criados a partir da resolução do CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005. O parágrafo 2º do artigo 6º dispõe sobre a criação de espaços descentralizados de articulação e de organização dos/as assistentes sociais (CRESS, 2014).

Ressalta-se que estes espaços foram criados no intuito de viabilizar a interiorização e democratização da gestão dos CRESS. Mas que interiorização seria

esta? A proposta da interiorização é de promover o acesso à informação para os/as profissionais que se encontram distantes geograficamente da sede do CRESS de sua região, bem como, oferecer atividades de educação permanente, em nível municipal, em articulação mais direta com a gestão do CRESS. Segundo CFESS (2016), este processo de interiorização se dá por meio de:

[...] ações políticas descentralizadas [...], dentre as quais podemos destacar: a criação de núcleos descentralizados de assistentes sociais em áreas mais distantes da sede do Conselho, a realização de ações de educação permanente (cursos, palestras, eventos alusivos ao dia do/a assistente social, curso Ética em Movimento, etc.) realizados em cidades do interior. Há tempos também esse conjunto de atividades constituem canais sistemáticos e impulsionadores de maior articulação dos Conselhos com categoria profissional. (CFESS, 2016, p.02)

Vale ressaltar que através da participação nos NUCRESS, os(as) assistentes sociais podem e devem problematizar o cotidiano da profissão e os desafios presentes à materialização do projeto ético-político profissional, trazendo para o debate a precarização no ambiente de trabalho do(a) assistente social, dentre outros aspectos que implicam na eficácia do seu trabalho profissional, a exemplo dos direitos, serviços e políticas no qual trabalho. Ao encontro deste pensamento, o CRESS (2014) reitera:

Esses momentos possibilitam a discussão de situações que emergem do cotidiano profissional, e que se repetem em diferentes espaços sócio-ocupacionais. A participação proporciona enfrentamentos, proposições e soluções coletivas para a resolução de questões relacionadas à precarização do trabalho do (a) assistente social, à desregulamentação de direitos, serviços e políticas. (CRESS, 2014, p. 28)

Nota-se que por meio do NUCRESS, possibilita-se a reflexão dos profissionais de Serviço Social, fazendo-os analisar a conjuntura política, social e econômica atual e o quanto isso os interfere em seu cotidiano profissional. Logo, pode-se considerar o NUCRESS um espaço político, que visa valorizar a profissão, bem como, defender o projeto ético-político, tornando-se um mecanismo de ação para enfrentar os limites e entraves que o (a) assistente social poderá passar. Complementando este ponto de vista, o CRESS (2014) salienta que:

[...] o núcleo representa a possibilidade de enfrentar as barreiras que ocorrem por razões geográficas ou por entraves institucionais, de refletir

conjuntamente sobre o fazer profissional, limites, potencialidades [...].  
(CRESS, 2014, p. 29)

Tendo em vista a sua importância para a categoria profissional, ressalta-se que para formar criar um núcleo em um respectivo município há orientação, apoio e subsídios do CRESS em cada regional. Após a ativação do NUCRESS, deve-se formar a equipe que ficará responsável pelo núcleo que são: “[...] coordenador (a), vice-coordenador(a) e secretário(a)” (CRESS, 2014, p. 30) eleitos ou escolhidos pelos/as participantes do núcleo.

Salienta-se que por mais que o NUCRESS não tenha personalidade jurídica própria ele poderá construir planos de ações podendo adquirir recursos financeiros e administrativos por meio do envio do plano de trabalho e de formação para CRESS e, em caso de aprovação, poderá haver algum tipo de recursos para a realização do plano, considerando-se o orçamento do CRESS para esta área.

Percebe-se que os NUCRESS seguem na perspectiva da democracia, no intuito de que todos/as possam participar e ter voz ativa nas reuniões, fazendo propostas de temas que devem ser discutidos neste espaço, já que o mesmo tem “caráter político e formativo” (CFESS, 2016, p. 6). Logo, é importante trazer as competências dos núcleos que se divide em seis (06) que são:

1. Trabalhar em parceria com o CRESS dinamizando as ações de interesse com vista à defesa do exercício profissional e da qualidade do serviço prestado à sociedade. Divulgar e zelar pela observância do Código de Ética do/a Assistente Social, da Lei de Regulamentação da Profissão e do Projeto Ético-Político profissional. Promover debates sobre assuntos ligados ao Serviço Social e de interesse dos/as assistentes sociais.
2. Repassar informações sistemáticas ao CRESS [...] das irregularidades constatadas na região referente ao exercício profissional.
3. Garantir os direitos e deveres do/a assistente social e divulgar a profissão junto à sociedade.
4. Incentivar o aprimoramento teórico, técnico e político dos/as assistentes sociais.
5. Participar representando o CRESS em Conselhos de Direitos e Políticas Sociais nos municípios e instâncias regionais em defesa das políticas públicas e de direitos; eleger e atualizar as indicações de assistentes sociais para representar o CRESS nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos e encaminhamento de seus nomes ao CRESS.
6. Comprometer-se em participar das reuniões de Conselho Pleno Ampliado, que ocorrem duas vezes por ano, e atender às Resoluções do CRESS [...] que dizem respeito aos NUCRESS e representação. (CRESS, 2014, p. 30)

Contudo, pode-se observar que são diversas as competências dos NUCRESS, nota-se também que este espaço tem como objetivo não só articular a categoria para responder aos desafios da realidade, mas também de politizar, refletir e mobilizar este público no intuito de fortalecer e garantir os direitos e deveres deste profissional que tantas vezes perde a sua autonomia diante dos limites impostos pela instituição no qual está vinculado ou mesmo pela conjuntura política e econômica presente. Portanto, pode-se afirmar que a presença da categoria profissional neste espaço, só vem a fortalecer e materializar o projeto ético-político, bem como as atividades de educação permanente, adquirindo desta forma, um posicionamento crítico e político.

### **3.3.3 Educação Permanente: algumas aproximações**

Este item visa se adensar em uma das categorias temáticas da pesquisa que é a educação permanente. Esta categoria pode ser caracterizada no âmbito da saúde como uma “estratégia educacional e de desenvolvimento dos trabalhadores da saúde” (FERNANDES, 2009, p. 519). Entretanto, ressalta-se que a educação permanente não é só trabalhada na área da saúde, podendo ser utilizada também em outras áreas e nos processos de formação profissional, a exemplo do Serviço Social.

Logo, para maior compreensão do tema, este item se subdivide em dois subitens, sendo que o primeiro tratará sobre as concepções a respeito da educação permanente, e o segundo sobre a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, trazendo as suas principais características, objetivos e diretrizes que seguem nas próximas páginas.

#### **3.3.3.1 Concepções sobre Educação Permanente**

Antes de nos adentrarmos na categoria temática educação permanente, se faz necessário discutir brevemente sobre a categoria educação, ainda mais em tempos neoliberais, onde se percebe que a educação é vista como uma mercadoria, atendendo os ideais do capital, adquirindo um caráter mercantil. Entretanto, a educação também fica dividida, pois ao mesmo tempo em que atende os interesses do capital, como por exemplo, a formação para o trabalho, isto é, para o mercado;

também visa uma educação cidadã e democrática, podendo assim construir uma nova sociabilidade, sendo contraditório ao pensamento conservador, neoliberal e mercadológico (TONET, 2012).

Diante disso, nota-se que essa disputa de interesses é resultado das lutas entre as classes, porém no âmbito da educação, a classe dominante sempre irá predominar enquanto existir o sistema capitalista. E para que haja a criação de uma alternativa de educação que contemple a classe proletária, faz-se necessário romper com a lógica do capital (MÉSZÁROS, 2008), pois “o capital é como um rio, cada vez mais caudaloso. É possível opor-lhe obstáculos, desvios, limites provisórios, mas ele sempre encontrará meios e modos de superá-los”. (TONET, 2012, p. 29-30)

Logo, é necessário pensar em estratégias de ruptura desta lógica mercantil da educação, tendo como uma das alternativas, o programa marxiano de educação que tem como público alvo o proletariado, visando transformar desta classe-em-si a classe-para-si através de referências marxianas que relacionem trabalho, escola e práxis político-educativa. Estes três elementos são de suma importância, pois por meio do trabalho se analisa as contradições, proporcionando um espaço constitutivo revolucionário; enquanto que a escola se articula com o trabalho, tendo o papel de socializar conhecimentos objetivos; e por último a práxis político-educativa que propicia com que os trabalhadores atinjam a classe-para-si e se tornem sujeitos revolucionários através da sua participação em espaços de discussão como sindicatos, partidos e associações de bairros (SOUSA JUNIOR, 2010).

Seguindo na perspectiva de Sousa Junior (2010), outra possibilidade para romper com a percepção de uma educação voltada para o capital é a educação permanente, pois a mesma visa a aquisição de uma consciência crítica dos sujeitos fazendo-os refletir, tendo uma direção ética e política, conforme Fernandes (2009) reflete:

[...] toma-se como referência a educação permanente, por compreender que sua origem está fincada em princípios éticos e políticos, o que pode direcionar a construção de uma sociedade em que prevaleça a justiça social e a emancipação humana, em que a razão técnica não predomine e não subestime a consciência crítica de sujeitos dotados de desejo e de conhecimentos, capazes de refletir sobre seus atos. (FERNANDES, 2009, p. 527)

Diante disso, pode-se compreender que a educação permanente segue na mesma perspectiva da educação popular, pois segundo o viés freiriano de educação popular leva-se em consideração as contradições vividas pelas pessoas, sendo o conhecimento construído e reconstruído através da dialogicidade, conforme retrata Maciel (2011):

[...] Paulo Freire almeja por uma Pedagogia Libertadora, produtora do diálogo permanente, fruto do processo que é por natureza dialética. Propõe uma Pedagogia dialógica na qual parte da problematização da realidade os educandos para a finalidade de intervenção no mundo. A Educação Popular, dessa forma, é pautada na dialogicidade. A partir das contradições da realidade capitalista vivida por homens e mulheres, o conhecimento é construído e reconstruído à medida do desvelamento do *vir a ser* na construção do saber realizado no processo de conscientização e na condição de seres históricos e inacabados. (MACIEL, 2011, p. 338)

Logo, pode-se afirmar que tanto a educação permanente como uma forma de educação popular, que possibilita diálogos e debates não apenas dentro de um espaço institucional, mas, que pode ocorrer dentro e fora da instituição, propiciando momentos de reflexões, troca de saberes e experiências sobre o cotidiano do trabalho, a exemplo do espaço dos NUCRESS.

Sendo assim, pode-se constatar que ambas trabalham com o princípio da dialética que é “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1981, p. 3). Diante disso, podemos dizer que a contradição e a dialética são categorias que fazem parte dos dois tipos de educação falados anteriormente, sendo fundamentais para a compreensão da realidade, bem como enquanto estratégia para a classe.

Adentrando mais no conceito de educação permanente, observa-se que é algo necessário em qualquer profissão ou área, por conta de vivermos novas dinâmicas sociais, acarretando em novas identidades coletivas, tornando-se indispensável a compreensão da realidade em sua dimensão complexa (FISCHER, 2003). Logo é relevante afirmar que a educação permanente é uma estratégia para a categoria profissional, pois nos faz refletir sobre o trabalho profissional, buscando assim a transformação do mesmo, a partir de um caráter pedagógico, contínuo e político.

É importante referir que a educação permanente vem sendo usada na área da saúde, instituída na gestão pública da política de saúde, já que a mesma é considerada uma estratégia educacional e de desenvolvimento dos trabalhadores deste âmbito (FERNANDES, 2009). Desta forma, é importante dizer que a educação permanente não é algo exclusivo da área da saúde, outras áreas também podem fazer uso, pois segundo Fernandes (2012):

... a educação permanente não é algo *sui generis* do campo da saúde, por se tratar de processos de aprendizagem que resultam da combinação de diferentes situações e modalidades de formação. (FERNANDES, 2012, p.483)

Entretanto, vale ressaltar que a concepção de educação permanente já passou por diversas mudanças, desde a sua emergência em 1970 até os dias de hoje. Em sua origem ela era considerada um “princípio reorganizador de todo o processo educativo” (CANÁRIO, 1994, p. 2 apud FERNANDES, 2008, p.45), porém Osório (2003) vai de encontro ao que Canário refere, quando é explicitado que a educação permanente não é um processo educativo pontual, mas sim várias ações não isoladas que visam um processo contínuo.

Salienta-se que existem vários conceitos relacionados ao termo “educação permanente”, um deles faz referência a transformação do cotidiano profissional nos espaços sócio ocupacionais, onde é apontado que o processo de trabalho deve ser problematizado, bem como ser objeto de discussão para um melhor atendimento de seus usuários. Este ponto de vista pode ser visualizado na reflexão feita por Fernandes (2007) quando afirma que:

A discussão de educação permanente pressupõe a transformação dos espaços socioocupacionais em locais de desenvolvimento através da interlocução de saberes, onde o processo de trabalho possa ser objeto de análise e de problematização. Ainda, deve-se considerar que é o processo de trabalho que pode indicar quais saberes são necessários para qualificação dos atendimentos e serviços prestados aos usuários de nossos serviços. (FERNANDES, 2007, p.213)

Tendo em vista que a educação permanente visa a qualificação e aprimoramento do/a trabalhador/a, entre eles do/a assistente social, percebe-se que muitas vezes o termo educação permanente é confundido com educação continuada, sendo interpretada como sinônimos em algumas situações. Esta

confusão se dá por conta que ambas visam a continuidade da educação, porém a forma metodológica prevista e os objetivos delas são completamente diferentes. Segundo Fernandes (2009):

[...] a relevância dada à discussão da educação permanente não se sobrepõe e nem inviabiliza a educação continuada, mas tem como desafio a primeira, pois permite considerar os problemas da organização do trabalho, a especificidade de cada realidade local e as características do processo de trabalho concreto do espaço sócio-ocupacional ou do serviço em questão. Mesmo reconhecendo que ambas conferem uma dimensão temporal de continuidade da aprendizagem por toda a vida, fincam-se em princípios metodológicos diferentes. A educação continuada diz respeito à continuidade da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional, mas nem sempre esse aperfeiçoamento atende as necessidades oriundas da organização do trabalho, e tampouco, modifica as estruturas e os processos no sentido de qualificá-los no que diz respeito ao atendimento das demandas (FERNANDES, 2009, p. 529).

Seguindo nesta perspectiva, nota-se que a educação permanente tem a intenção de qualificar o trabalho profissional, por meio do compartilhamento de experiências, buscando desta forma aprender com o outro, como também identificar as necessidades sociais, levando-se em conta a realidade vivida em seu ambiente de trabalho. Ao encontro disso, Fernandes (2007) ressalta:

Educação permanente é aprendizagem no próprio trabalho, é aprender com o outro, com as necessidades sociais. É compartilhar experiências e práticas, criando estratégias para agregar conhecimento no próprio ambiente de trabalho e propor mudanças. É saber conhecer e fazer. É descobrir e desvelar as potencialidades, fortalecendo a rede de serviços com os quais interagimos bem como consolidar o Projeto Ético-Político da profissão. (FERNANDES, 2007, p. 215)

Observa-se que a educação permanente concebida por Fernandes visa criar estratégias, propor mudanças e idéias, tendo como um dos desafios para a categoria do Serviço Social a defesa e consolidação do Projeto Ético-Político. É relevante afirmar que este tipo de educação é considerado de longo prazo, pois não é algo que se ocorre imediatamente, mas que se materializa no “decorrer da vida profissional por período indeterminado”. (MARCONDES; BRISOLA; CHAMON, 2014, p. 315)

Diante disso, percebe-se que a educação permanente é de suma relevância para classe trabalhadora, principalmente para a categoria profissional dos/as assistentes sociais por conta de prever uma perspectiva social crítica e de ser como

um instrumento e também estratégia no trabalho profissional. A categoria profissional juntamente com as entidades representativas da profissão (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO) criou a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS no intuito de qualificar o exercício profissional, conforme pode ser lido no próximo subitem.

### **3.3.3.2 Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS**

Após resgatar as principais concepções de educação permanente torna-se relevante discutir sobre a Política de Educação Permanente organizada pelo conjunto CFESS/CRESS, entidade esta que representa a categoria profissional dos assistentes sociais.

Diante disso, é importante trazer a tona o real motivo de sua elaboração. Primeiramente porque se vivencia um período onde a educação e demais outras políticas são comandadas pelo capital, tornando-se mercadológico e privado. Segundo, porque a conjuntura atual é de retrocessos de direitos e políticas, implicando totalmente no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais.

Por meio de diversas discussões e debates, as entidades representativas da profissão (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO) pensaram na alternativa de se criar uma Política de Educação Permanente voltada para a categoria profissional, no intuito de “qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho, bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos/às usuários/as” (CFESS, 2012, p. 45).

Ressalta-se que a política de educação permanente vem como um instrumento e também como uma estratégia que visa confrontar a qualidade da formação, e não apenas isso, mas também fortalecer os princípios do código de ética profissional, afirmando desta forma o projeto profissional. Seguindo nesta perspectiva, CFESS (2012) nos afirma:

A Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de ética do/a Assistente Social, no que se refere ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. [...] Nesses termos, pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla

dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de carácter ético político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiados nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. (CFESS, 2012, p. 8)

Diante disso, pode-se perceber que esta política visa a articulação entre os conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, visando também uma maior qualidade no trabalho profissional dos assistentes sociais, levando-se em consideração os limites e possibilidades. Uma das propostas metodológicas da política de educação permanente é a criação de espaços formativos, visando compartilhar experiências, podendo assim criar estratégias para a superação dos limites e criação de possibilidades interventivas no trabalho profissional do/a assistente social. Neste sentido, Fernandes (2009) ressalta:

O enfoque da educação permanente, ao contrário, tem como desafio detectar necessidades no próprio processo de trabalho, à luz de contextos específicos. A educação permanente é aprendizagem no trabalho, em que o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. Portanto, a educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, a que acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Desenvolve-se a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que os profissionais já têm. (FERNANDES, 2009, p. 530)

A partir desta referência observa-se que a educação permanente se organiza como propósito de sugerir uma aprendizagem diferente, podendo ser discutida e apreendida no ambiente de trabalho, tendo por objetivo a “construção coletiva de uma consciência para si” (CFESS, 2012, p. 12). Diante disso, é possível afirmar que a educação permanente vai além da empregabilidade, pois a mesma visa a utilização de práticas emancipatórias, conforme salientado por Nascimento e Oliveira (2016):

A educação permanente no exercício profissional para além do requisito de empregabilidade implica na estratégia de inserção e permanência qualificada dos assistentes sociais no mercado de trabalho contemporâneo, não na subserviência funcional a ordem de acumulação do capital, mas na perspectiva de uma formação crítica, construção de práticas emancipatórias junto à classe trabalhadora, defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e construção de uma nova sociabilidade. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 137)

Perante isso, é mister afirmar que com a política de educação permanente se possibilita cada vez mais a defesa dos princípios do código de ética, dentre eles o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, participando das lutas de outras categorias, tendo em vista que os/as assistentes sociais também fazem parte da classe trabalhadora.

Assim sendo, é notável que esta política pode ser considerada uma “mediação para o enraizamento do projeto ético-político profissional” (CFESS, 2012, p.42), pois a mesma se constitui como um instrumento fincado nos “princípios fundamentais éticos que preconizam a formação e o exercício profissional em Serviço Social” (NASCIMENTO;OLIVEIRA, 2016, p. 164).

Além disso, é importante referir que esta política é um instrumento de luta ideológica da categoria profissional (CFESS, 2012), que visa construir, qualificar, refletir e avaliar o trabalho profissional, visando atender as diretrizes curriculares da ABEPSS e o aprimoramento intelectual (NASCIMENTO, 2016). Logo, a consolidação da política de educação permanente nos espaços sócio ocupacionais é de suma importância, pois propicia a criticidade e a reflexão do profissional, qualificando assim a formação profissional do assistente social.

Ressalta-se que após tantas discussões, orientações e sugestões das entidades representativas da profissão, deliberou-se as diretrizes, objetivos e estratégias para a materialização da política de educação permanente. Dentre as diretrizes, estão:

- Afirmar o compromisso com o aprimoramento intelectual e qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva de assegurar a competência profissional; (Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional);
- Constituir espaço de aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios ético-políticos;
- Evidenciar a dimensão política da Política de Educação Permanente como instrumento de reflexão sobre a realidade social e aprimoramento da intervenção profissional;
- Potencializar as análises teóricas substanciais acerca da realidade para qualificar o exercício profissional;
- Contribuir para a consolidação da direção política do Conjunto CFESS-CRESS na defesa da profissão e dos interesses dos/as usuários/as do Serviço Social;
- Constituir-se como instrumento de fortalecimento do Projeto Ético-político Profissional;
- Contribuir para a sistematização e análise das expressões da “questão social” em âmbito nacional e local;
- Afirmar-se como instrumento de sustentação e defesa dos posicionamentos do Conjunto CFESS-CRESS;
- Contribuir para a consolidação da direção do Conjunto CFESS-CRESS na

defesa das Políticas Públicas e da Democracia;  
 - Valorizar a imagem do/a assistente social em sintonia com o Projeto Ético-político;  
 - Socializar reflexões teóricas na direção ética e política do Conjunto CFESS-CRESS. (CFESS, 2012, p. 44 – 45)

Portanto, pode-se concluir que a Política de Educação Permanente é um mecanismo que veio para potencializar a questão ético-política tão debatida na categoria. Além disso, ela contribui para que se torne uma ferramenta que vise fortalecer o Projeto ético-político. Destaca-se que as suas diretrizes prezam pela articulação de todas as entidades representativas, inclusive com órgãos de militância política. Ou seja, este documento publicado pelo conjunto CFESS/CRESS só vem a agregar a categoria profissional na criação de estratégias para a superação de limites, descortinando desta forma possibilidades para a efetivação de um trabalho com qualidade.

#### **4 DESCOBERTAS DO PROCESSO DE PESQUISA RUMO A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS/CRESS**

Este capítulo visa socializar as descobertas no processo de pesquisa, tendo em vista os objetivos propostos. Desta forma, pode-se dizer que foi possível realizar o mapeamento dos NUCRESS existentes na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, também identificar as ações formativas de educação permanente realizadas pelos núcleos dessa região. Pode-se saber qual a compreensão dos membros da coordenação dos NUCRESS referente a Política de Educação Permanente, bem como desvendamento da sua materialização.

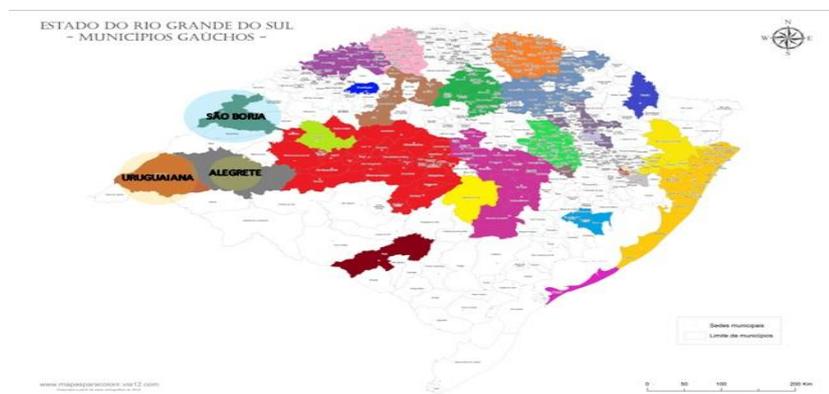
##### **4.1 NUCRESS na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**

Sabe-se que os NUCRESS são núcleos descentralizados vinculados aos CRESS, que possuem caráter político e formativo, que tem o objetivo de mobilizar, organizar e aproximar a categoria dos CRESS, conforme foi discutido no capítulo “2.3.2”. Desta forma, é relevante retomar o primeiro objetivo específico para a realização da pesquisa que foi o de mapear os NUCRESS da região da fronteira oeste do RS, no intuito de desvendar quantos NUCRESS estão ativos.

Destaca-se que atualmente existem trinta e dois (32) NUCRESS em todo o Rio Grande do Sul (RS). Considerando que delimitou-se, na pesquisa, somente os

municípios da fronteira oeste do RS que tivessem NUCRESS ativos, restou apenas as cidades de Alegrete, São Borja e Uruguaiiana, conforme pode ser observado no mapa abaixo:

Figura 01: Mapa dos municípios gaúchos da fronteira-oeste com NUCRESS



Fonte:

Google, 2016

Diante do mapa descrito na figura 01 observam-se algumas particularidades desta região, iniciando pela sua questão territorial e populacional. Primeiramente, esta região é composta por treze municípios, equivalente a uma área de 46.237,1 km<sup>2</sup>, tendo uma população total de 582.890 habitantes segundo dados da FEEE (2015). Ressalta-se que dois dos municípios pesquisados são considerados de médio porte, enquanto que o terceiro é considerado de grande porte. Os dados populacionais destes municípios são respectivamente: 78.244 hab (Alegrete), 61.671 hab (São Borja) e 125.435 hab (Uruguaiiana) segundo os dados do IBGE (2016).

Salienta-se que estes três municípios tem um IDH alto, todos com índice acima de 0,700, tendo em vista que o índice considerado mais alto é 1, sendo que o mesmo leva-se em consideração os indicadores de longevidade(saúde), renda e educação, conforme pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 02 – Indicadores de IDH municipais

Municípios	IDH-M
<b>Alegrete</b>	0,740
<b>São Borja</b>	0,736
<b>Uruguaiiana</b>	0,744

Fonte: Sistematizado pela autora através de dados obtidos pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2013)

Estes três municípios são de base econômica agrícola, com destaque para a produção de arroz, soja, trigo, milho, bem como plantação de frutas e legumes (FEE,

2015), sem esquecer da “produção em grande escala de carne bovina que abastece o mercado nacional e internacional” (BERWIG, 2014, p.88). Ou seja, nota-se que a agricultura e a pecuária são as principais atividades que movem a economia desta região da fronteira-oeste, principalmente os municípios já citados.

Diante disso, observa-se que apesar da economia agrícola e pecuária ser muito rica nesta região, nota-se um grande índice de desigualdade e pobreza conforme pode ser observado a partir do mapa de pobreza e desigualdades dos municípios brasileiros de 2003 segundo dados do IBGE, que seguem com 30,92% em Alegrete, 31,67% em São Borja e 33,03% em Uruguaiana. Seguindo nesta perspectiva, Berwig (2014) descreve:

Embora a região tenha [...] sido palco de importantes conquistas [...], essas situações não representaram condições para o desenvolvimento local. A influência do latifúndio é um dos pontos para a grande concentração de riquezas nas mãos de poucos, aspecto característico em municípios de bases econômicas rurais latifundiárias. É mister afirmar que não se trata de uma particularidade desta região, pois no Brasil essa é uma situação ainda muito evidente de desigualdade gerada pela concentração de riqueza, sobretudo a concentração de grandes quantidades de terras e a não efetivação da Reforma Agrária. (BERWIG, 2014, p.90)

É perceptível que a desigualdade e pobreza se fazem presentes nesta região. Outro fator que influencia na ausência no desenvolvimento local é a distância geográfica até a capital do estado, equivalente a 600 km de distância, impossibilitando a vinda de empresas e indústrias para esta região, gerando um índice maior de desemprego.

Logo, pode-se ter uma visão ampla da realidade da região da fronteira oeste, inclusive dos municípios pesquisados. Diante dessa realidade é relevante retomar a discussão dos NUCRESS nesta região, visando responder a primeira questão norteadora da pesquisa: “Como estão organizados e caracterizados os NUCRESS pertencentes à região da fronteira oeste do RS?”. Para responder esta questão foi necessário pesquisar no site institucional do CRESS 10ª região, a lista dos NUCRESS que estão em atividade, inclusive os membros que estão participando da coordenação do NUCRESS de cada localidade.

Desta maneira, pode-se verificar que apenas três (3) NUCRESS estão ativos na região da fronteira oeste conforme referido anteriormente. Estes três núcleos estão organizados com três membros que coordenam as atividades, incluindo

coordenador, vice-coordenador e secretário. Além disso, as reuniões dos NUCRESS de ambos os municípios ocorrem uma vez ao mês, no intuito de discutir pautas que sejam de relevância para a categoria profissional, ressaltando que de vez em quando ocorrem cursos de formação promovidos pelos núcleos dos respectivos municípios.

Por fim, é importante apontar que os repasses de informações e socialização de datas de reuniões e eventos promovidos pelos NUCRESS são feitos via *facebook*. No próximo subcapítulo será discutido e exposto os processos de educação permanente desenvolvidos a partir dos NUCRESS, que foram lócus da pesquisa.

#### **4.2 Processos de educação permanente desenvolvidos a partir dos NUCRESS**

Neste item serão abordados os resultados alcançados referente aos processos de educação permanente, desenvolvidos pelos NUCRESS de Alegrete, São Borja e Uruguaiana. Os resultados ora apresentados visam a responder a segunda questão norteadora: “quais as ações formativas de educação permanente que estão sendo desenvolvidas pelos NUCRESS?”. Antes de responder esta questão, é necessário se observar o perfil profissional dos que compõem a coordenação dos NUCRESS, levando-se em consideração a formação do profissional, o tempo de formado/a se exerce a profissão e se possui algum tipo de pós graduação, tendo em vista que quando se fala em educação permanente, refere-se a algo contínuo e não imediato.

Por meio das respostas dos questionários pode-se perceber que a maioria dos que compõem a coordenação dos NUCRESS na região da fronteira oeste fizeram a sua graduação na modalidade presencial, tendo apenas um que realizou na modalidade educação a distância (EAD), conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 03 – Modalidades de formação dos integrantes da coordenação dos NUCRESS

NUCRESS	MODALIDADE DE FORMAÇÃO		
	Presencial	EAD	Semipresencial
Alegrete	01	01	

<b>São Borja</b>	03		
<b>Uruguaiana</b>	02		

Fonte: Questionário de pesquisa, sistematizado pela autora.

Diante disso, pode-se identificar que os profissionais do NUCRESS de São Borja e Uruguaiana buscam a formação presencial, tendo em vista, que a educação na modalidade presencial propicia um processo formativo de qualidade, possibilitando a participação em movimentos sociais, inclusive da categoria, tendo uma visão de totalidade e crítica da conjuntura, mesmo perante a precarização vivida nas universidades com ensino presencial. Entretanto, a modalidade EAD e semipresencial não possibilita esta qualidade na formação e a sua inserção nas lutas da categoria, o que acarreta em uma má formação profissional, restringindo apenas a dimensão do ensino, tornando-lhe um profissional imediatista e não crítico, como também usuário de um ensino precarizado e capitalista (CFESS, 2014).

É relevante afirmar que diante da fragilidade na formação profissional, torna-se fundamental a inserção dos/as profissionais em cursos de pós graduação, ou mesmo, em residência em saúde, justamente por conta de possibilitar uma aproximação além da realidade do cotidiano de trabalho e realimentar a organização política da categoria, pois segundo GUERRA (2013):

[...] a capacitação que defendemos deve formar profissionais críticos, competentes e comprometidos com projetos societários [...]. Nesta perspectiva, para além da titulação [...], a formação em pós graduação é estratégica e realimenta a organização política da categoria na direção do projeto ético-político profissional. (GUERRA, 2013, p.131-132)

Logo, a pós graduação se torna um eixo estratégico para os assistentes sociais, apesar do mesmo não se encontrar na direção da formação permanente e sim na formação continuada. Desta forma, por meio da pesquisa, notou-se que são poucos os membros das coordenações dos NUCRESS que tem algum tipo de pós graduação, conforme podem ser observados no quadro a seguir:

Quadro 04: Formação dos/as integrantes das Coordenações dos NUCRESS em nível de Pós Graduação

<b>NUCRESS</b>	<b>PÓS GRADUAÇÃO</b>			
	<b>Especialização</b>	<b>Residência em Saúde</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>

Alegrete	02			
São Borja				
Uruguaiana	01	01		

Fonte: Questionário da Pesquisa, sistematizado pela autora.

Diante do quadro, vêem-se duas particularidades, a primeira que os integrantes dos NUCRESS de Alegrete e Uruguaiana, vem buscando a qualificação profissional por meio de uma especialização ou através da residência em saúde, já a segunda particularidade é que é perceptível a não participação do público da coordenação do NUCRESS de São Borja nos espaços formais de educação continuada.

Ademais, também pode-se perceber que o público que está inserido nas coordenações dos NUCRESS da região da fronteira oeste tem o perfil de recém formado(a), tendo em média três (3) anos de formado(a). O que torna interessante este dado, é que se deduz que os profissionais com mais tempo de formação, não percebem o NUCRESS como um espaço de articulação e de fortalecimento da categoria, não se identificando com o mesmo ou então não tem conhecimento da existência e da importância dos NUCRESS em tais municípios.

Sabe-se que os NUCRESS são espaços que propiciam os processos de educação permanente, entretanto, a terceira questão norteadora possibilita indagar: “Como as ações formativas desenvolvidas pelos NUCRESS da fronteira oeste do RS contribuem para a materialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS?”

Diante das respostas dos 07 assistentes sociais que preencheram o questionário, 05 afirmaram que já participaram e somente dois que não tiveram a oportunidade de presenciar alguma capacitação oferecida pelo NUCRESS. **Destes cinco que relataram ter participado, foram citadas as seguintes atividades e evidenciada um dos tipos de educação em cada fala dos sujeitos, conforme pode ser visto no quadro abaixo:**

Quadro 05: Atividades Formativas desenvolvidas pelos NUCRESS

EXPRESSÕES DOS SUJEITOS SOBRE AS ATIVIDADES REALIZADAS	EVIDÊNCIAS SOBRE O TIPO DE EDUCAÇÃO (Permanente ou Continuada)
AS 1: “Capacitação aos supervisores de estágio em Serviço social, Ética em Movimento, Serviço Social: Competências atribuições privativas e políticas públicas”	Educação Continuada e Educação Permanente

AS 2: “Capacitação referente às Supervisões de Estágio Curricular Obrigatório, Curso Ética em Movimento, Serviço Social: Competências, Atribuições Privativas e Políticas Públicas, Discussões acerca das resoluções do CFESS”	Educação Continuada e Educação Permanente
AS 4: “Participei do Conselho Pleno Ampliado, no mês de junho desse ano no CRESS, na mesma data foi ofertado aos representantes dos NUCRESS a oficina de como elaborar projetos para os NUCRESS”	Educação Continuada
AS 6: “Ainda na graduação e enquanto estagiário participei de uma formação oferecida pelo NUCRESS de São Borja que teve como formadora a professora Graça Turck que falou sobre a atuação do assistente social e os instrumentos de trabalho”	Educação Continuada
AS 7: “Ética em Movimento; Os oitenta anos do Serviço Social”	Educação Permanente

Fonte: Questionário da Pesquisa, sistematizado pela autora.

Pode-se afirmar que os assistentes sociais que são integrantes da coordenação dos NUCRESS que pertencem à fronteira oeste do RS, já participaram de diversas atividades de formação e capacitação, entretanto, nem todas se caracterizam como educação permanente, sendo algumas delas consideradas educação continuada conforme previsto na Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS. Além disso, pouco foi relatado pelos participantes sobre os momentos de debates sobre a precarização no mundo do trabalho, tendo em vista que é um dos objetivos da política, como também a criação de estratégias para o enfrentamento da atual conjuntura de crise.

Ressalta-se que por meio da pesquisa pode-se constatar os vínculos empregatícios dos membros dos NUCRESS da fronteira oeste do RS. No caso de Alegrete, ambos são por vínculo estatutário; enquanto que os de São Borja variam, sendo tanto por CLT, estatuto e contrato; e por último o de Uruguiana apenas um em caso de contrato.

Contudo, pode-se analisar diversos aspectos, não se detendo apenas aos processos formativos de educação permanente, pode-se perceber as particularidades dos NUCRESS de cada município, bem como, sobre a inserção dos profissionais em cursos, da mesma forma pode ser problematizado a questão do vínculo empregatício e como a influencia no seu cotidiano. Portanto, para maior compreensão da temática, no próximo capítulo será abordado sobre os desafios e potencialidades de materialização da Política de Educação Permanente a partir dos NUCRESS.

### **4.3 Desafios e potencialidades da materialização da Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS a partir dos NUCRESS**

Para refletir sobre os desafios e potencialidades da materialização da Política de Educação Permanente a partir dos NUCRESS, é necessário resgatar o objetivo principal da Política de Educação Permanente que é “Consolidar uma Política Nacional de Educação Permanente no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, voltada para a promoção do aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as assistentes sociais” (CFESS, 2012, p. 45).

Diante disso, subentende-se que este documento pode ser considerado um instrumento político que visa fortalecer a categoria dos/as assistentes sociais, devendo ser utilizado como um parâmetro legal dentro dos NUCRESS. Mas para isso, é necessário saber se os/as assistentes sociais vinculados à coordenação dos NUCRESS conhecem a política de educação permanente, bem como de que forma eles a definem.

Logo, trazendo estas questões para os/as assistentes sociais pertencentes à fronteira oeste do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que das sete pessoas que responderam apenas uma relatou que não conhecia a política. Desta forma, por mais que a maioria tenha conhecimento da existência desta política, é relevante discutir e socializar mais este documento, tendo em vista que este instrumento visa “qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos/às usuários/as” (CFESS, 2012, p.45).

Além disso, para uma maior apropriação da política, é pertinente trazer as concepções que os/as assistentes sociais dos NUCRESS da fronteira oeste têm, sobre educação permanente. Visando atender o quarto objetivo da pesquisa que era conhecer a apreensão dos Assistentes Sociais (AS) dos NUCRESS a respeito da Política de Educação Permanente, seguem na íntegra as respostas obtidas pelo questionário para a realização da pesquisa por meio do quadro abaixo:

Quadro 06: Concepções dos Assistentes Sociais dos NUCRESS da Fronteira Oeste do RS sobre a Política de Educação Permanente

<b>Concepções dos Assistentes Sociais sobre a Política de Educação</b>
--

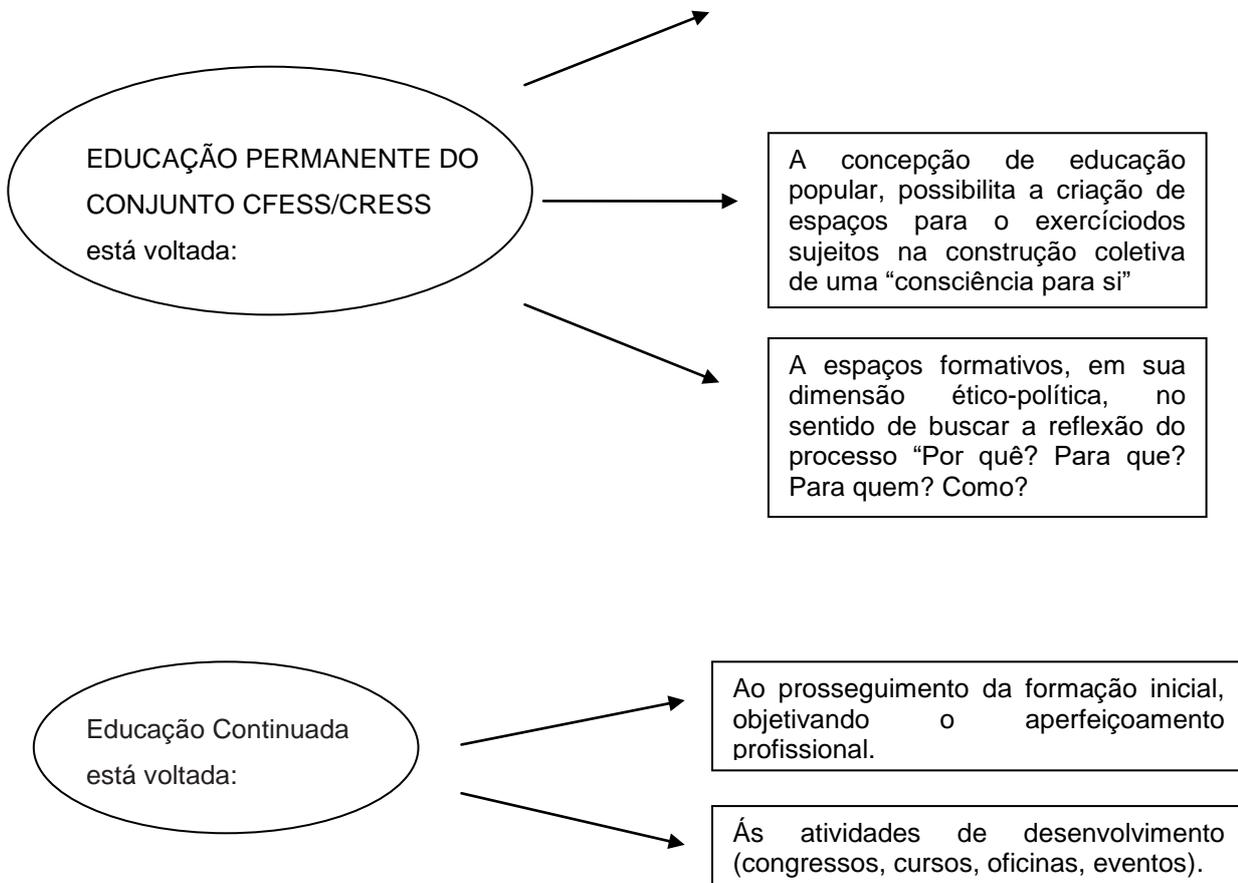
<b>Permanente</b>
<b>AS 1:</b> “Entendo que é uma política que visa a capacitação dos profissionais, pois todos nós vivemos em constante aprendizado, devemos nos reciclar sempre que possível.”
<b>AS 2:</b> “A Política de Educação Permanente serve como um instrumento de fortalecimento da categoria, no que diz respeito ao compromisso com o aprimoramento intelectual para a operacionalização do projeto ético-político profissional, bem como uma forma do assistente social manter-se em consonância com a direção política do Conjunto CFESS/CRESS, qualificando assim o exercício profissional.”
<b>AS 3:</b> “A política de Educação Permanente é um instrumento de articulação do conjunto CFESS/CRESS para garantia da formação permanente de assistentes sociais na perspectiva da educação, fazendo referência às dimensões da Profissão e à defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social.”
<b>AS 4:</b> “Entendo que a Educação Permanente, é onde o profissional busca capacitações, para que esteja em constante apropriações de conhecimentos, assim dando um respaldo melhor aos seus usuários, nas capacitações os profissionais compartilham experiências profissionais cotidianas construindo um fortalecimento profissional.”
<b>AS 5:</b> Entendo como uma totalidade de ensino/aprendizagem, movendo um movimento inovador com muitas mudanças, sofrendo influência direta do momento sócio/econômico/político.
<b>AS 6:</b> “Entendo como norteadora para um aprimoramento de práticas e desenvolvimento de novas práticas e também que podem contribuir para orientar e gerar a reflexão sobre o processo de trabalho e gerar a construção e a troca de aprendizagem colaborativa e significativa, ofertando ações coletivas de desenvolvimento aos trabalhadores, a partir dos principais desafios identificados pelas equipes no cotidiano do trabalho. Nada melhor que o próprio sujeito para identificar suas necessidades por meio da reflexão e das vivencia e construir sua própria formação de forma coletiva e colaborativa.”
<b>AS 7:</b> “Educação permanente é o instrumento ideológico capaz de levar uma categoria profissional a lutar por ideais políticos e aos sociais de consciência. Se o profissional deixar de educar-se permanentemente, irá estacionar em uma sociedade em formação histórica. Não há como intervir sem formação permanente”.

Fonte: Questionário da Pesquisa, sistematizado pela autora.

Perante o quadro 6, nota-se que há uma confusão sobre a concepção dos/as profissionais em relação a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS, que por vezes, confunde-a com o conceito de educação continuada. Logo, salienta-se a importância de trazer a concepção de educação permanente e educação continuada conforme pode ser analisada na figura abaixo:

Figura 2: Concepções sobre educação permanente e educação continuada

<p>A dimensão política e pedagógica de reafirmação de valores e conteúdos que expressem a direção estratégica da profissão.</p>
---



Perante as respostas dos/as participantes e dos conceitos apresentados anteriormente sobre educação permanente e educação continuada, pode-se identificar que a compreensão que eles/as tem sobre a Política de Educação Permanente é como um instrumento que vem articular e fortalecer a categoria profissional; também como uma educação continuada, ou seja, as capacitações. Dados quantitativos obtidos por meio da respostas dos questionários, apontam que três (3) profissionais concebe-a como instrumento de luta, dois (2) enquanto educação continuada/capacitação e dois (2) com um viés de educação permanente na perspectiva de educação popular.

Desta forma, pode-se afirmar que as concepções apresentadas anteriormente puderam contribuir para se ter uma visão em totalidade dos/as profissionais que promovem ações de educação permanente através dos NUCRESS, sendo a maior tendência à compreensão de educação permanente como instrumento político e de fortalecimento da categoria. Sendo assim, salienta-se a importância de problematizar como estas ações desenvolvidas pelos NUCRESS contribuem para a materialização

da Política de Educação Permanente. A Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS identifica como ações de educação permanente:

Encontros e Seminários específicos que o CFESS realiza para os/as conselheiros/as dos CRESS e agentes fiscais, [...] ; [...] o curso Ética em Movimento, [...] curso de especialização à distância sob o título “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”, [...] os seminários nacionais organizados pelo CFESS [...] ; a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as diversas publicações que constituem Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS formas de socialização das informações, debates sobre trabalho profissional, temas polêmicos e deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, a exemplo da Revista Inscrita, dos Anais dos Encontros Nacionais CFESS-CRESS, dos Anais dos seminários nacionais realizados, a publicação de diversos CFESS Manifesta. No âmbito da atuação dos CRESS, destacam-se: as atividades comemorativas do dia do/a assistente social; cursos em aliança com Unidades de Formação Acadêmicas; produção de revistas, periódicos e coletâneas jurídicas; realização de seminários, as ações de orientação realizadas pelas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) e, ainda, a multiplicação do Projeto Ética em Movimento. Esse conjunto de eventos e publicações constitui em canais sistemáticos e impulsionadores de educação permanente. (CFESS, 2012, p. 14-15)

Ressalta-se que estas atividades de educação permanente realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS em sua grande maioria são oferecidas para os/as participantes dos NUCRESS, logo porque um dos objetivos da política é disseminar o debate de forma crítica sobre o serviço social, abordando as competências profissionais e atribuições privativas do assistente social.

Ao observar a realidade dos NUCRESS da fronteira oeste do RS, salienta-se que um dos principais desafios é materializar a política de educação permanente no cotidiano profissional, e não somente isso, mas, expandir as ações de educação permanente, podendo-se desta forma, criar Grupos Temáticos (GT's) com eixos que sejam relevantes e que se façam presentes no dia-a-dia dos profissionais.

Além disso, é importante haver uma maior articulação com as universidades que oferecem o curso de Serviço Social nos respectivos municípios ou regiões, tendo em vista, que muitas vezes a comunidade acadêmica e profissionais já formados que atuam como docentes não tem acesso as informações e discussões realizadas pelos NUCRESS, sendo de suma importância para a categoria.

Por fim, as potencialidades dos NUCRESS em proporcionar ações de educação permanente são diversas, principalmente quanto à defesa do projeto profissional. Entretanto, ressalta-se que a materialização desta política será mais efetiva quando a categoria profissional participar mais destes espaços de

organizações descentralizadas, se mobilizando perante aos percalços vividos no mundo do trabalho, se inserindo com maior frequência nos movimentos sociais e na articulação com outras categorias profissionais. Desta maneira, considerando as estratégias propostas na Política de Educação Permanente, a materialização e a efetivação da mesma terá êxito.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo geral “Analisar o processo de efetivação da política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no intuito de contribuir para a qualificação e fortalecimento da formação e do trabalho profissional em Serviço Social”. Como já referido anteriormente, este estudo resultou da inserção da acadêmica, durante o período de estágio, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no qual pode observar a ausência de uma Política de Educação Permanente no espaço de trabalho. Observou-se, assim, uma fragilidade no atendimento da população usuária e no processo interventivo, o que levou a questionamentos referente à formação profissional do/a assistente social.

Ressalta-se que a Educação Permanente é um instrumento fundamental de qualificação a partir dos espaços de trabalho, que busca aprimorar a categoria profissional e os serviços prestados, tendo a questão ético-política como algo primordial para a efetivação de um trabalho profissional com qualidade. É importante lembrar que a educação permanente utiliza métodos de aprendizagem diferentes, tendo em vista que visa analisar, refletir e discutir da realidade vivenciada no ambiente de trabalho, relatando limites e possibilidades do mesmo.

Considerando a importância da temática e das poucas publicações existentes sobre o assunto, as entidades representativas da categoria profissional (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO) se reuniram e debateram em diversas ocasiões sobre o tema, possibilitando na criação da Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, sendo considerado um instrumento político e ideológico da categoria profissional.

Assim este estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: “Como vem se efetivando a Política de Educação Permanente orientada pelos conselhos da categoria profissional (CFESS/CRESS) dos/as Assistentes Sociais na

região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?”. Conforme a coleta de dados através dos questionários, evidenciou-se que a Política de Educação Permanente tem se efetivado por meio de cursos e formações promovidos pelos NUCRESS, bem como discussões acerca de documentos que norteiam o trabalho da categoria.

Dados disponíveis em fontes secundárias, em *sites* institucionais, puderam mostrar que os NUCRESS que se encontram ativos na região da fronteira oeste do RS são apenas os do município de Alegrete, São Borja e Uruguaiana. Pode-se perceber também que os/as profissionais que se encontram nas coordenações dos NUCRESS dos respectivos municípios são recém formados e que poucos possuem algum tipo de pós graduação.

Além disso, pode-se notar que as concepções dos/as assistentes sociais vinculados ao NUCRESS referente a Política de Educação Permanente, se subdivide-se em duas, a primeira enquanto capacitação ou especialização, já a segunda como um instrumento de luta e de articulação da categoria profissional.

Outro dado relevante é que se percebeu é que para que ocorra a materialização da Política de Educação Permanente a partir dos NUCRESS, torna-se importante uma maior articulação e mobilização da categoria profissional com as lutas sociais da classe trabalhadora, bem como a sua inserção nos espaços organizativos descentralizados.

Neste sentido, torna-se pertinente dizer que este estudo não deve se findar apenas com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo em vista que a Política de Educação Permanente se constitui como um mecanismo de enfrentamento a lógica do capital, visando a transformação dos sujeitos, tendo em vista que objetiva o uso da reflexão e da consciência, principalmente em situações cotidianas como no ambiente de trabalho, contribuindo para o fortalecimento dos sujeitos implicados tendo em vista a materialização do projeto ético-político profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS, CFESS. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out/dez. 2011.

ABEPSS. Quem somos. Site Institucional da ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/quem-somos-1>>. Acesso em: 10 nov. 2016

\_\_\_\_\_. Plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/textos/documento\\_201606211332307577180.pdf](http://www.abepss.org.br/textos/documento_201606211332307577180.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2016

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 11ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BERWIG, Solange Emilene. A gestão do trabalho na esfera pública: uma análise a partir da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. São Borja: Faith, 2014.

CANÁRIO, Rui. A Educação Permanente nos anos 90. Revista Ensinus. N.4. Lisboa: Editorial Empreendimentos Educativos, 1994. p 2-4.

CENTRAL ÚNICA DO TRABALHADORES (CUT). Cartilha Campanha de Combate à Terceirização Precarizar Não: Subsídios para o debate e ação sindical. 2009.

Disponível em:

<[https://cut.org.br/system/uploads/action\\_file\\_version/268bc92bdfbe9a5f80b77943cc959ad5/file/cartilhaterceirizar.pdf](https://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/268bc92bdfbe9a5f80b77943cc959ad5/file/cartilhaterceirizar.pdf)> Acesso em: 15 ago. 2016.

CFESS. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distancia e serviço social volume 2. Disponível em:

<[www.cfess.org.br/arquivos/CFESS\\_incompatibilidadevolume2\\_2014.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf)> Acesso em: 24/11/2016

\_\_\_\_\_. Diretrizes acerca da interiorização das ações políticas dos cress – 2016.

\_\_\_\_\_. Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS. 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf)> Acesso em: 15/10/2015

\_\_\_\_\_. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 95, 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução 469 de 13 de maio de 2005. Conselho Federal de Serviço Social, 2005. Disponível em: <[WWW.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_469\\_05.pdf](http://WWW.cfess.org.br/arquivos/resolucao_469_05.pdf)> Acesso em: 28 de dez de 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 512 de 29 de setembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 470 de 13 de maio de 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 382 de 21 de fevereiro de 1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 994 de 15 de maio de 1962.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1889, de 13 de junho de 1953.

CLOSS, Thaisa Teixeira. Fundamentos do Serviço Social: Um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

CRESS. Panfleto Assistente Social: Conheça melhor esse profissional que faz parte do seu dia-a-dia. Disponível em:

<[http://www.cressrs.org.br/arquivos/documentos/%7B1112F448-6EB3-4ABF-B8D3-2A4B174FFF1A%7D\\_Panfleto\\_profissao.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/documentos/%7B1112F448-6EB3-4ABF-B8D3-2A4B174FFF1A%7D_Panfleto_profissao.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2016

\_\_\_\_\_. Cartilha sobre o Cress 10ª região #vemproress, 2014. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_publicacao/cartilha\\_cress\\_final.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_publicacao/cartilha_cress_final.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2016.

DAROS, Michelli Aparecida; GUEDES, Olegna de Souza. Contribuições para a compreensão do princípio da liberdade posto no código de ética de 1993. Disponível em: <[WWW.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2\\_olegna.htm](http://WWW.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_olegna.htm)> Acessado em: 24 de set de 2016.

DRUCK, Graça. TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?. In: Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf> >. Acesso em: 20 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo, 1999.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <[WWW.fee.rs.gov.br](http://WWW.fee.rs.gov.br)>Acesso em: 18 de Nov de 2016

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação Permanente Nas Situações De Trabalho De Assistentes Sociais. In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 10 n. 3, p. 481-505, nov. 2012.

\_\_\_\_\_. (Re)valorização da educação permanente. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 99, p. 518-539, jul./set. 2009

\_\_\_\_\_. Educação permanente: uma dimensão formativa no Serviço Social. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação permanente: um desafio para o Serviço Social. In: Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 207-218. jan./jun. 2007

FISCHER, Nilton Bueno. Movimentos Sociais e Educação: Uma reflexividade instituinte. In: HYPOLITO, Álvaro Moreira; GARDIN, Luís Armando (org). Educação em tempos de incertezas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan/mar. 2010.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMAN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, Fundacentro, v. 35, n. 122, jul/dez. 2010.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. Breve análise do toyotismo: modelo japonês de produção. In: Revista Espaço Acadêmico, Maringá, ano IV n.47, p.1-7, abril. 2005

GARCIA, Severina. Relações e condições de trabalho no universo produtivo: escravidão contemporânea ou acumulação por espoliação?. In: BOSCHETTI, Ivanete... [et al.] (orgs). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. – 5. Ed. – 8. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Yolanda. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In: Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: Os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 25<sup>o</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 4<sup>o</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 19<sup>o</sup> edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 14 de out de 2016

JUNIOR, Reginaldo Pereira França; LARA, Ricardo. **Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional.** In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 20 - 31, jan./jun. 2015

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 25<sup>a</sup> edição. São Paulo, Editora brasiliense, 1981.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 6. Reimpr. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

LARA, Neide Maria de Oliveira; SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro dos. História do CRESS 10<sup>a</sup> Região – Os 50 anos do CRESS 10<sup>a</sup> Região. In: Cartilha sobre o Cress 10<sup>a</sup> região #vemproress, 2014. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_publicacao/cartilha\\_cress\\_final.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_publicacao/cartilha_cress_final.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2016.

LESSA, Sérgio. Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo. 2<sup>o</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A.; CHAMON, E. M. Q. de O. **EDUCAÇÃO PERMANENTE: PROPOSTAS E DESAFIOS PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS.** In: Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 13, n. 2 (18) p. 299-322 jul./dez. 2014 ISSN 1676-6806

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. In: Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011

MACHADO, Franciele. A arte como instrumento de intervenção no trabalho do assistente social. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado para bacharelado em Serviço Social da Unipampa, 2014.

MACHADO, L.M.O.; KNEVITZ, A. E.; GOIN, M.; ALMEIDA, R. S. Comissão de formação e trabalho profissional do CRESSRS: sujeitos envolvidos, lutas conjuntas e desafios coletivos. In: LUSA, Mailiz Garibotti; CARLOS, Sergio Antonio (orgs). *Formação e trabalho em serviço social: desafios resistências e sonhos marcando coletivamente a história do sul brasileiro*. Porto Alegre: PROEXT.UFRGS, Movimento, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos – 7.ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro 1. 32<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. O capital Vol. I. São Paulo: Abril, Cultural, 1867.

MÉSZAROS, István. A educação para além do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Coleção Temas Sociais.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do serviço social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2<sup>o</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre. Nº 37. Março 1999

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos. A Política de Educação Permanente do conjunto [CFESSCRESS] na UFRN: um debate possível. Disponível em:

<[www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/.../6\\_a\\_politica\\_de\\_educacao....pdf](http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/.../6_a_politica_de_educacao....pdf)> Acesso em: 16 de Nov de 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

OSÓRIO, Agustín Requejo. Educación permanente y educación de adultos. Barcelona: Ariel, 2003.

PEREIRA, Tatiane da Silva, SILVA, Cristiane Freitas da, MACIEL, Carlos Alberto Batista. Os Impactos Da Precarização Do Trabalho Para O Profissional De Serviço Social. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luis, ago. 2011. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/TRANSFORMACOES\\_NO\\_MUNDO\\_DO\\_TRABALHO/OS\\_IMPACTOS\\_DA\\_PRECARIZACAO\\_DO\\_TRABALHO\\_PARA\\_O\\_PROFISSIONAL\\_DE\\_SERVICO\\_SOCIAL.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/OS_IMPACTOS_DA_PRECARIZACAO_DO_TRABALHO_PARA_O_PROFISSIONAL_DE_SERVICO_SOCIAL.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2016.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul/set. 2011.

RAMOS, Samya Rodrigues. **Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 88, p. 160-437, nov. 2006.

\_\_\_\_\_ A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. Tese de Doutorado em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

REIDEL, Tatiana. O projeto ético-político e a relação com as entidades representativas da categoria. In: Cartilha sobre o Cress 10ª região #vemprocess, 2014. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/arquivos/n\\_publicacao/cartilha\\_cress\\_final.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_publicacao/cartilha_cress_final.pdf)> Acesso em: 16 ago. 2016.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. In: Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.35, p.65-79, jul./dez. 2015

SAMPAIO, Simone Sobral; RODRIGUES, Filipe Wingeter. Ética e Sigilo Profissional. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 84-93, jan/mar. 2014.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: resistência e emancipação?. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.



SOUSA JUNIOR, Justino de. Marx e a crítica da educação: da expansão liberal democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. - 2. Ed – Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

TOJAL, Ana; DALLARUVERA, Margareth Alves. Resgate histórico da trajetória sindical dos assistentes sociais no Brasil. Disponível em: <WWW.fenas.org.br/documentos.aspx?id=26> Acesso em: 21 de out de 2016.

TONET, Ivo. Educação contra o capital – 2. Ed. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

## APÊNDICES

### APENDICE A - QUESTIONÁRIO AOS ASSISTENTES SOCIAIS

#### Perfil profissional

Natureza da instituição de formação: ( ) Pública ( ) Privada

Modalidade da formação: ( ) presencial ( ) EAD ( ) Semipresencial

Tempo de formada (o): \_\_\_\_\_

Você possui pós graduação? ( ) Sim ( ) Não

( ) Pós Graduação – Especialização

( ) Residência em Saúde. Qual ênfase? \_\_\_\_\_

( ) Mestrado

( ) Doutorado

Área de atuação (política, instituição): \_\_\_\_\_

Tempo de exercício profissional: \_\_\_\_\_

#### Vínculo empregatício

Qual o seu vínculo empregatício?

( ) CLT

( ) estatutário

( ) contrato ( temporário, emergencial, confiança)

#### Política de Educação Permanente

1- O que você entende por Política de Educação Permanente?

---

---

---

---

---

---

2- Você Conhece a política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS?

( ) Sim ( ) Não

3 - Você já participou de atividades de formação/capacitação promovidas pelo NUCRESS? ( ) Sim ( ) Não

4 - Se a resposta anterior for sim, quais atividades? Se não, justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

---

## ANEXOS

### ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Título do projeto:** Educação permanente e serviço social: uma análise acerca da política de educação permanente dos/as assistentes sociais na região da fronteira oeste no estado do rio grande do sul no período de 2016

**Pesquisador responsável:** Jamille Freire Luz Benevides

**Pesquisadores participantes (orientador):** Loiva Mara de Oliveira Machado

**Instituição:** Universidade Federal do Pampa – Unipampa

**Telefone celular do pesquisador para contato (inclusive a cobrar):** (55)9995-8072/81481636

O Sr./Sr<sup>a</sup>/Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, na pesquisa Educação permanente e serviço social: uma análise acerca da política de educação permanente dos/as assistentes sociais na região da fronteira oeste no estado do rio grande do sul no período de 2016. O presente projeto foi elaborado para o trabalho de conclusão de curso (TCC), que tem por objetivo *“Analisar o processo de efetivação da política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no intuito de contribuir para a qualificação e fortalecimento da formação e do trabalho profissional em Serviço Social”* e se justifica pela importância dos processos de educação permanente para a qualificação profissional e fortalecimento da identidade do Serviço Social.

Por meio deste documento e a qualquer tempo o Sr./Sr<sup>a</sup>/Você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

A pesquisa se dará por coleta documental, e no que se refere à coleta de campo se dará por meio de questionário aos Assistentes Sociais da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (Alegrete, São Borja e Uruguaiana), os questionários serão respondidos de maneira sigilosa sem identificação dos sujeitos. É um estudo de caráter exploratório, do tipo qualitativo, documental e de campo, a análise será realizada com base na metodologia de

análise de conteúdo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, com amostra relativamente pequena e com base em respostas de instrumentos de questionário que respeitará o sigilo dos participantes, compreende-se que não há riscos em relação a participação das pessoas convidados, a fim de evitar constrangimentos, serão colhidas informações apenas dos sujeitos que aceitarem participar deste estudo. Enquanto benefícios se apontam para a necessidade de ampliar a discussão na categoria profissional sobre a educação permanente, podendo assim inclusive oportunizar uma reflexão nos Núcleos pesquisados acerca de sua importância no processo de educação permanente aos trabalhadores Assistentes Sociais.

Os documentos de TCLE e questionários respondidos serão guardados em sigilo pelo pesquisador por um período de 5 anos , após isso, serão incinerados. Para participar deste estudo o Sr./Sr.<sup>a</sup>/Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Não há gastos ao participante. Além disso, o seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. Os resultados serão divulgados na construção do TCC e poderão ser divulgados em publicações científicas. Por fim, os resultados serão retornados aos Assistentes Sociais e aos NUCRESS através de um relatório descritivo para cada NUCRESS, bem como a realização de uma oficina em cada NUCRESS trazendo os resultados da pesquisa e por fim enviar ao CRESS 10ª Região.

Nome do Participante da Pesquisa / ou responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

Jamille Freire Luz Benevides: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

Local e data \_\_\_\_\_